

Cadernos da Diversidade Cultural

CUADERNOS DE
LA DIVERSIDAD
CULTURAL

Boas práticas do MERCOSUL
Buenas Prácticas del MERCOSUR

VOL. 5

Diversidade e Povos Indígenas/Originários
Diversidad y Pueblos Indígenas/Originarios



MINISTÉRIO DA
CULTURA



Cadernos da Diversidade Cultural

Boas práticas do MERCOSUL

Cuadernos de diversidad cultural

Buenas prácticas del MERCOSUR

VOL. 5

Diversidade e Povos Indígenas/Originários
Diversidad y Pueblos Indígenas/Originarios

Edição Bilingue:
português – espanhol

Cadernos da diversidade cultural: Boas práticas do MERCOSUL: Diversidade e Povos Indígenas / Originários; compilado – 5ª edição bilíngue. Brasília: Ministério da Cultura, 2025. Livro digital, PDF; Edição bilíngue: espanhol; português.

Cuadernos de diversidad cultural: Buenas prácticas del MERCOSUR: Diversidad y Pueblos Indígenas/Originarios; compilado – 5ª edición bilingüe. Brasília: Ministerio de Cultura, 2025. Libro digital, PDF; Edición bilingüe: español; portugués.

Coordenação Geral e Edição

Márcia Rollemberg
Giselle Dupin

Equipe Técnica

Laio Oliveira
Karina Miranda da Gama
Daniel Iberê do Povo Guarani Mbyá
Thaís Passos

Projeto gráfico e diagramação

Assessoria de Comunicação
do Ministerio da Cultura

Tradução

Laio Oliveira

Secretaria Técnica do MERCOSUL Cultural

Maximiliano Vera

Membros da Comissão da Diversidade Cultural

ARGENTINA Agustina Pandolfi
BRASIL Márcia Rollemberg e Giselle Dupin
CHILE Moyra Holzapfel Peña
COLÔMBIA Luisa Angela Caro Díaz
ECUADOR Giuseppe López Paladines
PARAGUAI María Luz Saldívar
PERU Alejandra Muñoz Montoya
URUGUAI Victoria Contartese

AGRADECIMENTOS

Aos Estados Partes e Associados
do MERCOSUL que participaram desta
edição: Brasil, Chile e Paraguai.

Esta é uma publicação da Comissão
de Diversidade Cultural do MERCOSUL
Presidência Pro Tempore Brasil, 2025.

Coordinación General y Edición

Márcia Rollemberg
Giselle Dupin

Equipo Técnico

Laio Oliveira
Karina Miranda da Gama
Daniel Iberê del pueblo Guarani Mbyá
Thaís Passos

Diseño gráfico y diagramación

Asesoría de comunicación
del Ministerio de Cultura

Traducción

Laio Oliveira

Secretaría Técnica del Mercosur Cultural

Maximiliano Vera

Miembros de la Comisión de Diversidad Cultural

ARGENTINA Agustina Pandolfi
BRASIL Márcia Rollemberg y Giselle Dupin
CHILE Moyra Holzapfel Peña
COLOMBIA Luisa Ángela Caro Díaz
ECUADOR Giuseppe López Paladines
PARAGUAY María Luz Saldívar
PERÚ Alejandra Muñoz Montoya
URUGUAY Victoria Contartese

GRACIAS

A los Estados Partes y Asociados
del MERCOSUR quienes participaron en esta
edición: Brasil, Chile y Paraguay.

Esta es una publicación de la Comisión
de Diversidad Cultural del MERCOSUR
Presidencia Pro Tempore Brasil, 2025.

Introdução

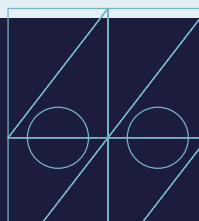
A Comissão da Diversidade Cultural do Mercosul tem se revelado, ao longo dos anos, uma das mais dinâmicas do grupo de cooperação regional. Em sua trajetória, ela apresenta um conjunto de ações formativas, com seminários e oficinas, de intercâmbio e difusão de conhecimentos. E aqui merece destaque a série de Cadernos de Diversidade Cultural – Boas práticas do Mercosul, que chega ao seu volume 5 com o tema Diversidade e Povos Indígenas/Originários.

Esse periódico objetiva ser um espaço privilegiado para o compartilhamento de políticas públicas de proteção e promoção da diversidade das expressões e dos direitos culturais em nossos países, bem como para a expressão dos protagonistas e fazedores da cultura.

Ao eleger este tema histórico para a 5ª edição dos Cadernos, a Comissão ressalta a importância de registrar e repercutir as contribuições da diversidade cultural dos povos indígenas/originários – cosmovisões, conhecimentos, artes, práticas, tecnologias e modos de vida –, nos conectando à nossa ancestralidade, história, resiliência e permanente processo de aprendizagem, com ampla percepção do mundo e do universo.

Os povos indígenas/originários desnudam um horizonte com diversas dimensões e direções, onde a humanidade não está no centro do mundo, mas é parte da natureza, que também tem direitos. A cultura é tudo o que pensam, vivem e fazem, uma complexa conexão que se revela nos ritos, no sagrado, na esfera coletiva – como diz o provérbio africano, “é preciso uma aldeia para educar uma criança”. Eles nos inspiram a SER, a respeitar e viver de maneira sustentável, quando garantidos os direitos de proteção e de demarcação de seus territórios.

Em tempos de emergência climática, os indígenas se apresentam como os maiores guardiões da biodiversidade do planeta, da preservação dos biomas, de evidências e caminhos para enfrentarmos os desafios atuais e globais, sobretudo na busca de uma



Agradecemos a cada um dos autores e autoras que trouxeram as contribuições de cada país, as quais entrelaçam nossas origens, caminhos e a formação cultural de nossa região, fortalecendo nossa identidade e pertencimento regional.

ação de adaptação, mitigação e principalmente de justiça climática. O que exige equidade de responsabilidades, considerando o conjunto das nações, em especial as denominadas como desenvolvidas.

Temos nesta edição um exemplo de política pública para a preservação e a promoção das culturas indígenas. Somos informados de que no Paraguai, pela primeira vez, o Governo Nacional construiu um Plano Nacional dos Povos Indígenas. A elaboração desse marco estratégico também contou com a participação de lideranças desses povos, um processo baseado no diálogo intercultural para garantir a especificidade de seus direitos. Além de identificar as ações prioritárias para efetivar os direitos dos povos estabelecidos na Constituição de 1992, o Plano adota os valores fundamentais para os Povos Indígenas, definidos por suas cosmovisões, o que lhe dá um caráter inovador e profundamente intercultural.

No caso do Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados do Censo demográfico de 2022, segundo os quais os povos indígenas totalizam atualmente 1,7 milhões de pessoas, tendo passado de 305 para 391 etnias (e 295 línguas), um crescimento significativo. Também comprometido em garantir direitos, o Governo Federal por meio do Ministério da Cultura, iniciou a elaboração do Plano Nacional de Culturas Indígenas, tendo como parceiro fundamental o Ministério dos Povos Indígenas, criado em 2023.

Contudo, a opção para o artigo deste Caderno teve como objetivo ilustrar esse universo por meio de jovens artistas indígenas, suas inspirações, sentidos e desafios. Uma oportunidade de conhecer suas culturas por meio de diferentes linguagens, de forma contemporânea e inovadora, integrando e conectando tempos, tradições, tecnologias e quânticas, desnudando novos horizontes. Para a denominada Inteligência Artificial, eles afirmam que usam há muito sua própria IA – Inteligência Ancestral, e que, da mesma forma, mantêm ativos o WIFI espiritual.

Agradecemos a cada um dos autores e autoras que trouxeram as contribuições de cada país, as quais entrelaçam nossas origens, caminhos e a formação cultural de nossa região, fortalecendo nossa identidade e pertencimento regional.

Desejamos uma leitura rica e proveitosa. Ao aprofundarmos nosso conhecimento sobre a diversidade cultural dos povos indígenas/originários do Mercosul, ampliamos a capacidade de aprender, praticar nossa humanidade essencial e construir um mundo mais sustentável.

Márcia Rollemberg

Presidente da Comissão da Diversidade Cultural do Mercosul

Introducción

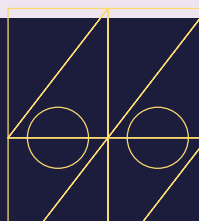
La Comisión de Diversidad Cultural del Mercosur se ha revelado, a lo largo de los años, como una de las más dinámicas del grupo de cooperación regional. En su trayectoria, presenta un conjunto de acciones formativas, con seminarios y talleres, de intercambio y difusión de conocimientos. Y aquí merece destacarse la serie de Cuadernos de Diversidad Cultural – Buenas prácticas del Mercosur, que llega a su volumen 5 con el tema Diversidad y Pueblos Indígenas/Originarios.

Este periódico tiene como objetivo ser un espacio privilegiado para el intercambio de políticas públicas de protección y promoción de la diversidad de las expresiones y de los derechos culturales en nuestros países, así como para la expresión de los protagonistas y hacedores de la cultura.

Al elegir este tema histórico para la 5ª edición de los Cuadernos, la Comisión resalta la importancia de registrar y repercutir las contribuciones de la diversidad cultural de los pueblos indígenas/originarios – cosmovisiones, conocimientos, artes, prácticas, tecnologías y modos de vida –, conectándonos con nuestra ancestralidad, historia, resiliencia y permanente proceso de aprendizaje, con una amplia percepción del mundo y del universo.

Los pueblos indígenas/originarios desnudan un horizonte con diversas dimensiones y direcciones, donde la humanidad no está en el centro del mundo, sino que es parte de la naturaleza, que también tiene derechos. La cultura es todo lo que piensan, viven y hacen, una compleja conexión que se revela en los ritos, en lo sagrado, en la esfera colectiva – como dice el proverbio africano, “se necesita una aldea para educar a un niño”. Ellos nos inspiran a SER, a respetar y vivir de manera sostenible, cuando se garantizan los derechos de protección y demarcación de sus territorios.

En tiempos de emergencia climática, los indígenas se presentan como los mayores guardianes de la biodiversidad del planeta, de la preservación de los biomas,



de evidencias y caminos para enfrentar los desafíos actuales y globales, sobre todo en la búsqueda de una acción de adaptación, mitigación y principalmente de justicia climática. Lo que exige equidad de responsabilidades, considerando el conjunto de las naciones, en especial las denominadas desarrolladas.

Tenemos en esta edición un ejemplo de política pública para la preservación y promoción de las culturas indígenas. Se nos informa que en Paraguay, por primera vez, el Gobierno Nacional construyó un Plan Nacional de los Pueblos Indígenas. La elaboración de este marco estratégico también contó con la participación de liderazgos de esos pueblos, un proceso basado en el diálogo intercultural para garantizar la especificidad de sus derechos. Además de identificar las acciones prioritarias para efectivizar los derechos de los pueblos establecidos en la Constitución de 1992, el Plan adopta los valores fundamentales para los Pueblos Indígenas, definidos por sus cosmovisiones, lo que le otorga un carácter innovador y profundamente intercultural.

Agradecemos a cada uno de los autores y autoras que trajeron las contribuciones de cada país, las cuales entrelazan nuestros orígenes, caminos y la formación cultural de nuestra región, fortaleciendo nuestra identidad y pertenencia regional.

En el caso de Brasil, el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) divulgó datos del Censo demográfico de 2022, según los cuales los pueblos indígenas totalizan actualmente 1,7 millones de personas, habiendo pasado de 305 a 391 etnias (y 295 lenguas), un crecimiento significativo. También comprometido en garantizar derechos, el Gobierno Federal, por medio del Ministerio de Cultura, inició la elaboración del Plan Nacional de Culturas Indígenas, teniendo como socio fundamental al Ministerio de los Pueblos Indígenas, creado en 2023.

Sin embargo, la opción para el artículo de este Cuaderno tuvo como objetivo ilustrar ese universo por medio de jóvenes artistas indígenas, sus inspiraciones, sentidos y desafíos. Una oportunidad de conocer sus culturas por medio de diferentes lenguajes, de forma contemporánea e innovadora, integrando y conectando tiempos, tradiciones, tecnologías y cuánticas, desnudando nuevos horizontes. Para la denominada Inteligencia Artificial, ellos afirman que usan desde hace mucho su propia IA – Inteligencia Ancestral, y que, de la misma forma, mantienen activo el WIFI espiritual.

Agradecemos a cada uno de los autores y autoras que trajeron las contribuciones de cada país, las cuales entrelazan nuestros orígenes, caminos y la formación cultural de nuestra región, fortaleciendo nuestra identidad y pertenencia regional.

Deseamos una lectura rica y provechosa. Al profundizar nuestro conocimiento sobre la diversidad cultural de los pueblos indígenas/originarios del Mercosur, ampliamos la capacidad de aprender, practicar nuestra humanidad esencial y construir un mundo más sostenible.

Márcia Rollemberg

Presidenta de la Comisión de Diversidad Cultural del Mercosur

Sumário

Português

9 Apresentação

BRASIL

11 Produção artística e cultural
de jovens indígenas no Brasil

PARAGUAI

25 Breve Resenha do Plano Nacional
dos Povos Indígenas do Paraguai

CHILE

31 Rumo à Proteção dos Patrimônios Culturais
dos Povos Indígenas/Originários no Chile

Español

Presentación 39

BRASIL

Producción artística y cultural de la
juventud indígena en Brasil 41

PARAGUAY

Breve Reseña del Plan Nacional de los
Pueblos Indígenas del Paraguay 55

CHILE

Hacia la Protección de los Patrimonios Culturales
de los Pueblos Indígenas/Originarios en Chile 61

Apresentação

No Ministério da Cultura do Brasil temos nos empenhado em promover políticas públicas de cultura que impulsionam transformação social, emancipação e justiça social. Assim, estamos avançando na implementação de ações e iniciativas que materializam um compromisso assumido com o povo brasileiro e com políticas públicas para os povos indígenas como fortalecimento de nossa democracia e como desenvolvimento justo e sustentável de nosso país.

Um avanço do governo brasileiro foi a criação do Ministério dos Povos Indígenas, sob a liderança da ministra Sônia Guajajara, voltado à promoção e fortalecimento de políticas públicas para os povos indígenas. Essa iniciativa reflete um governo preocupado em corrigir e enfrentar desafios e problemas que historicamente têm afetado a população indígena, além de atuar no reconhecimento, garantia e promoção dos direitos dos povos originários. A instituição representa um marco na luta por reparação histórica e contra a violação de direitos humanos.

No campo da cultura, o governo federal atua para promover e fortalecer políticas públicas para os povos indígenas também como reparação histórica e justiça social. Por meio de iniciativas e ações, busca-se reconhecer a força das culturas originárias, a importância da economia criativa indígena e a potência de suas artes, do audiovisual e da literatura. O objetivo é dar protagonismo, promover a inclusão e valorizar a imensa diversidade de línguas, tradições e saberes desses povos.

O Ministério da Cultura atua, assim, na consolidação de políticas culturais estruturantes e transversais, concebidas como políticas de Estado — plurais, democráticas e promotoras dos direitos culturais como direitos universais. Nesse processo, buscamos refletir a diversidade cultural brasileira e, ao mesmo tempo, fortalecer o que nos une enquanto nação: o direito de todos e todas à cultura, com a participação social como eixo central e estruturante.

Garantir o pleno exercício dos direitos culturais — o acesso à produção, difusão, promoção e fruição da cultura — é essencial para o enfrentamento das desigualdades e da pobreza. Isso implica reconhecer o impacto social e econômico da cultura como geradora de riqueza, trabalho e renda — desde que de forma inclusiva, democrática e sustentável.

Reduzir as desigualdades históricas de acesso aos recursos culturais, especialmente em territórios e comunidades historicamente marginalizados, é imperativo para a construção de uma sociedade mais justa. Um exemplo expressivo é a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), que assegura o repasse anual de R\$ 3 bilhões a estados e municípios e reserva uma cota mínima de 10% dos recursos a pessoas e comunidades indígenas.

Os saberes, tradições, expressões culturais e tecnologias dos povos indígenas são fontes fundamentais de aprendizado sobre preservação da natureza, justiça climática, respeito

e paz. Da mesma forma, as mulheres e juventudes indígenas nos ensinam novas formas de fazer política, garantir direitos e praticar a sustentabilidade — modos de existir e se relacionar com o mundo que inspiram a construção de um futuro mais equilibrado. Nesse sentido, avançamos com a criação da Coordenação de Promoção das Culturas Indígenas, no âmbito da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, encarregada de elaborar o Plano Nacional das Culturas dos Povos Indígenas.

Aprovado por unanimidade na 4ª Conferência Nacional de Cultura, o Plano das Culturas Indígenas é uma construção coletiva que exige escuta qualificada, cuidado e corresponsabilidade entre ministérios, organizações indígenas e territórios. Sua metodologia valoriza o protagonismo indígena, a diversidade de saberes e a espiritualidade como fundamento. Não se trata de adaptar os povos às políticas existentes, mas de transformar as políticas públicas a partir dos saberes indígenas.

O plano é reconhecido como política de Estado transversal e estratégica, fundamental para a defesa dos direitos originários, das línguas, das memórias e dos muitos modos de bem viver. E, principalmente, representa uma iniciativa inédita, sem precedentes na história desse país.

O Ministério da Cultura reafirma seu compromisso com a pluralidade, com a escuta, com a insurgência poética que transforma políticas públicas em cantos de cura. Porque proteger as culturas indígenas é proteger o futuro. E o futuro, como dizem os mais velhos, é ancestral e já começou.

Celebrar as culturas indígenas é celebrar o Brasil do tamanho do Brasil — aquele que não cabe nos mapas, mas pulsa nas aldeias, nas retomadas, nos empates contra a serpente do capital. É reconhecer que o desenvolvimento não pode ser destruição, que a justiça climática começa com a demarcação das terras e com o fortalecimento das línguas que nomeiam o mundo.

O Ministério da Cultura reafirma, assim, seu compromisso com a pluralidade, com a escuta, com a insurgência poética que transforma políticas públicas em cantos de cura. Porque proteger as culturas indígenas é proteger o futuro. E o futuro, como dizem os mais velhos, é ancestral e já começou.

Todas essas iniciativas do Ministério da Cultura no campo das culturas indígenas reafirmam o avanço do governo brasileiro na democratização do acesso aos direitos culturais e na valorização da pluralidade que constitui o Brasil, como elementos fundamentais para a democracia e o desenvolvimento sustentável para todos os brasileiros e brasileiras.

O Brasil é terra indígena: somos 391 etnias presentes em toda a extensão territorial do país e falamos 295 línguas vivas. São centenas de formas de pensar, existir, expressar o sagrado, com culturas distintas, e todas são Brasil. Celebrar, reverenciar, proteger, fortalecer e garantir o direito das culturas indígenas é celebrar quem somos, nosso passado, nosso presente e nosso futuro. Desse modo, o Ministério da Cultura e o Governo do Brasil reafirmam o compromisso de fortalecer, preservar e promover as culturas dos povos indígenas como parte essencial da identidade nacional e do futuro do país.

Governo do Brasil, ao lado do povo brasileiro!

Margareth Menezes

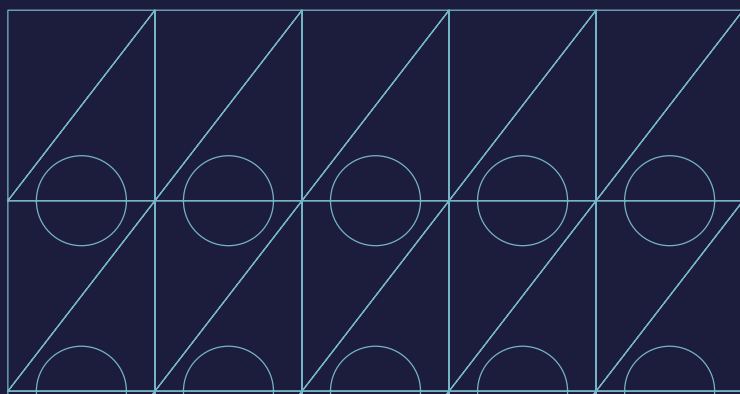
Ministra de Estado da Cultura do Brasil



BRASIL

Produção artística e cultural de jovens indígenas no Brasil

Presidente da República Federativa do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva
Ministra da Cultura Margareth Menezes
Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural Márcia Helena Gonçalves Rollemberg
Diretora Nacional de Promoção da Diversidade Cultural Karina Miranda da Gama
Diretor da Política Nacional de Cultura Viva João Pontes
Diretor de Promoção das Culturas Populares Sebastião José Soares
Coordenadora de Projetos Especiais Giselle Dupin

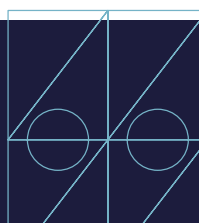


INTRODUÇÃO O objetivo deste artigo é explorar a produção artística e cultural de jovens indígenas do Brasil. Os jovens indígenas, incluindo mulheres, homens e pessoas LGBTQIA+, estão emergindo como uma força poderosa na cena cultural, movendo-se através de diversas linguagens artísticas, como a música, as artes visuais, a literatura, a atuação cênica, entre outras. A importância de abordar este tema está na valorização e visibilização dessas expressões culturais, que são fundamentais para promover a diversidade e fortalecer as identidades indígenas no contexto do Mercosul Cultural.



Foto: Daniele Guajajara

A produção artística dos jovens indígenas é um campo dinâmico e atualmente com grande visibilidade, que reflete a complexidade e riqueza das culturas indígenas contemporâneas. Ao abordar este tema, destacamos a importante contribuição dessas vozes na cena cultural global e reforçamos a necessidade de políticas culturais inclusivas que reconheçam e apoiem a diversidade cultural. A arte indígena contemporânea é um poderoso meio de resistência, reafirmação identitária e diálogo intercultural, aspectos cruciais para a construção de sociedades mais justas e equitativas no âmbito do Mercosul.



Daiara Tukano

@daiaratukano

OBRAS:

- **Selva Mãe do Rio Menino (2020)**
maior mural de arte urbana do mundo, a obra ocupa mais de 1.000 m² no histórico Edifício Levy, no Centro de Belo Horizonte
- **Véxoa: Nós Sabemos (2020)**
coletiva com trabalhos de 23 artistas indígenas, com curadoria da também artista Naine Terena, do povo Terena, na Pinacoteca de São Paulo

RECONHECIMENTO E PRÊMIOS:

- 2021 Vencedora do Prêmio PIPA Online
- 2022 Ganhadora do Prêmio Prince Claus, da organização holandesa Prince Claus Fund



Artista visual e pesquisadora em direitos humanos, Daiara Tukano pertence ao povo Yepá Mahsã, mais conhecido como povo Tukano, que vive no Alto Rio Negro, no estado do Amazonas, na fronteira do Brasil com a Venezuela. Atualmente, ela atua como representante indígena no Conselho Nacional de Política Cultural.

Formada em artes pela Universidade de Brasília (UnB), Daiara foi professora de artes até passar a dedicar-se mais à produção artística. A partir de então, ela empreendeu uma busca pela produção de seu povo, desde objetos levados do território indígena durante o processo colonial, até grafismos e pinturas que estavam quase esquecidos, como ela explica:

“Na nossa região, a gente teve uma experiência muito triste de negação da nossa cultura por parte do Estado e da igreja. Quando chegaram os missionários católicos, eles proibiram tudo: a língua, os nomes, as cerimônias, todas as práticas. Então, são poucos os conhecedores, mas a minha família faz parte de uma linha de resistência que fez questão de manter esses conhecimentos vivos. E acho que esses conhecimentos chegam até mim através desse gesto de resistência, estão eu levo isso para a minha arte”.

“No início, era uma coisa muito pessoal, até que fui convidada para participar da exposição Armadilhas Indígenas, no Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília, que trazia armadilhas feitas de pontas de taquara, que os parentes colocavam na floresta para tentar estourar os pneus dos caminhões que faziam o desmatamento na região deles. Então, o curador da exposição, Bené Fonteles, pediu para alguns artistas fazerem artes em volta de cada armadilha. Então,



foi a primeira vez que eu mostrei pinturas minhas, que no caso foram pinturas que eu chamo de HORI, que é o nome que a gente dá para nossos grafismos, para as nossas mirações, para as visões que a gente tem na cerimônia da Ayahuasca”.

“Naquela época, eu era colaboradora da rádio Yandê, que foi a primeira rádio web feita por indígenas e voltada para os indígenas no Brasil, e que continua existindo. A gente fazia todo tipo de matérias, falando dos lançamentos, dos livros, músicas, filmes produzidos por indígenas. Foi assim que conheci um dos criadores da rádio, o Denilson Baniwa, que também é da região do Rio Negro e também é artista. Compartilhávamos do sentimento de que era importante termos uma transformação cultural no Brasil, com a inclusão da arte indígena, de uma arte que pudesse trazer nossas memórias, as nossas inquietações, a nossa luta e também as nossas cosmovisões, nossa cultura viva, porque existe um racismo estrutural, existe uma violência presente no Brasil, que está na escola, nas mídias, na literatura e nas artes também, mas que é muito naturalizada. Então, a gente começou a desenvolver todo tipo de trabalho de linguagem que pudesse ir de encontro a isso”.

“O trabalho do Denilson é bem explícito com relação a denunciar as violências. Mas, por uma decisão pessoal, o meu trabalho foi voltado para a valorização da minha cultura e da visão de mundo do meu povo, a nossa cosmovisão, da gente acreditar e ter fé realmente nas nossas narrativas de origem. Então, ainda estou nessa fase de encantamento, e faço de outra maneira a denúncia das violências, por meio de outras articulações, como a incidência política, pois precisamos muito da presença do Estado para construir um caminho que possa garantir que as nossas culturas continuem vivas.”

A respeito da relação da arte contemporânea com as tradições ancestrais, Daiara considera que não há diferença entre a tradicionalidade que está na origem e aquela que o artista indígena traz para as técnicas contemporâneas:

“Existem abordagens da arte que são acadêmicas e que são profundamente eurocentradas. A narrativa da história da arte é visivelmente racista em relação aos povos indígenas e a gente precisa ter um olhar crítico sobre isso. Trazer uma abordagem indígena implica em trazer outras narrativas históricas, ampliar as visões. Mas, isso inclui reformular muitas percepções sobre arte. Por exemplo, de que uma pessoa indígena que pinta com tinta acrílica ou que faz uma projeção ou um filme seria uma artista menos tradicional do que a que cria na comunidade, na Maloca, ou da pintura corporal com jenipapo, com urucum. Mas, na verdade, a essência é a mesma. A tradicionalidade está presente na consciência e na memória do artista, em sua identidade e em sua prática”.

“Precisamos construir a presença indígena nos espaços da arte, trazer a presença dos artistas indígenas e de suas criações para esses espaços que são representações de poder, para os museus de importância nacional. Faço parte de uma geração que, com parentes artistas de vários povos, conseguimos nos organizar para estarmos ali, chegando, quase que arrombando a porta, para participar e construir mostras e exposições, entrar em um circuito de arte que é elitista, trabalha de forma capitalista, em função de uma especulação, e está distante de nós, com uma lógica bastante predatória. São muitas armadilhas. As pessoas nos vêem como exóticos, querem nos tratar enquanto peças raras e somos muito mais do que isso. Nós somos pensamento, somos filosofia e, principalmente, somos uma vontade política de que esse tipo de abordagem sobre nós se transforme”.

“Eu fico muito feliz de poder mostrar o meu trabalho e trazer com ele a beleza da cultura do meu povo, da resistência do meu povo e de todos os outros povos. Mas, a minha intenção não é querer virar uma artista de elite, não é o dinheiro, não é a fama. Isso seria fácil, mas seria vazio. Esse trabalho que eu faço a gente constrói junto com todos os parentes, porque ninguém está fazendo só isso, a gente tem um espaço de discussão, de diálogo entre nós, para que o trabalho que a gente faz possa trazer mais jovens indígenas também na defesa da nossa cultura, do nosso pensamento e na construção de nossas artes, evidenciar que nós nunca fomos povos do passado, sempre estivemos em todas as contemporaneidades, sempre fomos povos do agora, pois a nossa relação de tempo é contínua e a nossa memória é muito mais longa, tanto para a frente quanto para trás, da mesma forma que nós esperamos que seja contínua a presença de nossos rios, de nossas florestas, de nossos cantos, de nossas línguas”.



Gean Pankararu

@geanramospankararuoficial

OBRAS:

- álbum “Por um Segundo”;
- DVD “Trajetória”;
- CD “Inversões” (de 2016, indicado ao Grammy e ao prêmio Indigenous Music Awards, em Manitoba, Canadá);
- trilha sonora do filme “Deus te dê Boa Sorte”, premiada no Festival de Cinema de Triunfo, em 2019;
- mostra coletiva de música autoral “Reverbo”, desde 2019;
- espetáculo “Aquele Estrela”;
- Mostra Pankararu de Música (edições em 2020, 2021, 2022 e 2023);
- músicas “Nanã” e “Escancarada”, gravadas em 2022 por artistas de renome – Ronaldo Bastos e Simone, respectivamente;
- curador do Festival Indígenas BR (2022) e do edital Natura Musical (2023);
- Prêmio Grão de Música 2023, com a canção “Setembro em Mim”.



Originário do povo Pankararu, do sertão do Estado de Pernambuco, nordeste brasileiro, Gean Ramos Pankararu preside atualmente o Instituto Aió Conexões, associação sem fins lucrativos de promoção da cultura indígena. Sua principal expressão artística é a música indígena contemporânea, que ele utiliza como ferramenta para valorizar, preservar e divulgar a cultura e as tradições de seu povo e dos demais povos originários.

Como cantor e compositor, ele se inspira em suas origens no Território Indígena Pankararu, lugar banhado pelo Rio São Francisco e referência de histórias e lembranças passadas oralmente, que envolvem antigas rotas de trem e convivência entre diversos povos indígenas:

“Foi nesse cenário que minha trajetória artística e de vida começou, em uma família numerosa. Sou o 12º filho de Dona Tida, indígena Pankararu, e de Seu Eronides, neto de pessoas negras escravizadas. Desde cedo, a música foi uma companheira, expressão profunda de identidade e resistência. Aos oito anos, já tocava os primeiros acordes no violão e, aos 19 anos, decidi ir para Brasília em busca de oportunidades para estudar música, indo depois para Florianópolis, onde gravei meu primeiro EP, em 2001. Tive a oportunidade de me apresentar em várias regiões do Brasil e até mesmo em cruzeiros internacionais, representando meu povo em diversos palcos”.

“Hoje, minha obra é uma continuidade das inspirações que encontro na natureza e na cultura do meu povo. A riqueza cultural dos nossos cantos, danças e ritos, misturada às influências de outros ritmos e sonoridades, inspiram-me a compor canções que falam tanto de quem somos quanto de quem queremos ser”.

As músicas de Gean, chamadas por ele de “canções-toré”, chamam atenção por fundirem tradição e inovação. Ele explica essa característica de sua obra:

“Minha música é uma fusão dos elementos ancestrais Pankararu com sonoridades contemporâneas, e busca criar uma ponte entre a tradição e a modernidade, unindo passado, presente e futuro em um círculo contínuo. As letras que componho abordam temas como ancestralidade, resistência, identidade indígena e os desafios sociais enfrentados pelos povos originários no Brasil.”

“Minhas obras são fruto de um processo de interação permanente com a minha ancestralidade, conservando e resgatando as minhas origens, sendo também parte da identidade e do patrimônio cultural do povo Pankararu. Nessa fusão, a essência dos nossos rituais, a força do toante Pankararu e a riqueza de nossa espiritualidade dialogam com ritmos e sonoridades contemporâneos, levando a experiência indígena para um novo público, mas sem perder o respeito e a



integridade dos nossos costumes ancestrais. Acredito no poder transformador da arte e busco, por meio da música, uma conexão com as memórias e histórias que carregamos, para inspirar as novas gerações a se orgulharem de suas raízes e a continuarem a nossa história de resistência e resiliência. Minha música é um instrumento de resistência.”

Responsável pela criação da Mostra Pankararu de Música e pelo Instituto Aió, Gean explica como essas ações buscam a sustentabilidade econômica, cultural e ambiental do povo Pankararu e das comunidades ao redor:

“Essas iniciativas permitem que artistas, artesãos/aos, agricultoras/es e outros profissionais da comunidade se conectem com o público e criem uma cadeia de valor que respeita e preserva nossos saberes e práticas. A Mostra movimenta a economia local e gera um espaço onde nosso artesanato, nossa música, gastronomia e tradições se tornam fontes de renda, além de fortalecerem nossa identidade cultural. E cada ação do Instituto Aió busca fomentar essa economia criativa, reforçando a autonomia das nossas comunidades e mantendo viva a nossa cultura, em diálogo com o mundo”.

“Esse ecossistema busca ir além do impacto econômico: é um sistema de sustentabilidade em várias camadas. É cultural, pois mantém viva a essência dos nossos ancestrais; é social, pois constrói diálogos entre as gerações e combate o apagamento das nossas histórias; e é ambiental, pois cada ação é pensada de maneira a respeitar e valorizar o território, fortalecendo o nosso vínculo com a terra. Ao trazer essas canções, acredito estar contribuindo para que as futuras gerações encontrem um espaço de expressão enraizado na nossa ancestralidade, mas que também fale diretamente às suas vivências no mundo atual”.

Gean Pankararu defende que a arte é mais do que uma expressão: é um meio de resistência que conecta passado, presente e futuro, e que, por isso, é um dos mais potentes instrumentos de visibilidade e resistência dos povos originários.

“A arte carrega nossas vozes, traduz nossas histórias, denuncia as injustiças que enfrentamos e fortalece nossa identidade de forma acessível e sensível. Através da música indígena contemporânea e das canções-toré, por exemplo, consigo comunicar tanto com o nosso povo quanto com outras culturas, criando um espaço de encontro e troca. É uma forma de proteger nossas tradições e também de adaptá-las aos novos contextos, sem perder nossa essência. Cada canção, dança ou obra artística que produzimos carrega em si uma resistência orquestrada, uma afirmação de que nossa cultura não só existe, como é viva e relevante”.

Grupo BRO MC'S

@bromcsoficial

PRODUÇÃO DO GRUPO:

- Single – Resistência Nativa (2021);
- Single – Demarcação (2022);
- Single – Koangagua (2022)
- EP – Rap Indígena (2022)



Primeiro grupo musical indígena de RAP criado no Brasil, que compõe e canta letras e músicas de Hip Hop, o BRO MC's nasceu em 2009 na cidade de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste. Seus quatro integrantes são do povo Guarani Kaiowá: Kelvin Mbaretê e Charlie Peixoto, da Aldeia Bororó; Bruno VN, da Aldeia Jaguaíru; e Clemerson Batista, da Aldeia Jabapiru. Misturando as línguas português e guarani para reafirmar a identidade e denunciar as difíceis condições de vida dos povos indígenas no Brasil, o grupo BRO MC's já se apresentou em diversas cidades do país e começa a conquistar palcos internacionais, como os do Grammy, Global Citizen e Rock in Rio.

Em 2023, o grupo foi um dos contemplados com o Prêmio Cultura Viva Sérgio Mamberti de Diversidade Cultural, criado pelo Ministério da Cultura.

Os quatro integrantes do BRO MC's comentaram as origens do grupo, suas características e os objetivos do trabalho que realizam com a música:

“Criamos o grupo em 2009, com o intuito de trazer os problemas sociais da nossa aldeia, relatando a questão indígena.” (Bruno VN)

“As tradições indígenas influenciam bastante o nosso trabalho porque é de onde a gente veio. Somos netos e filhos de rezadores tradicionais, dos que fazem suas rezas, então isso influencia muito a nossa arte. A principal fonte de inspiração é a comunidade, o povo Guarani Kaiowá e a luta, a caminhada deles. A gente aborda muito, a nossa comunidade, o nosso povo, nas letras das músicas.” (Kelvin Mbaretê)

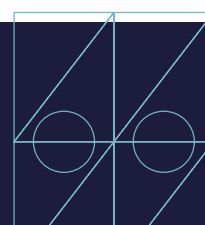


“A gente está mostrando uma coisa nova, uma coisa diferente que a gente está trazendo da nossa aldeia, mostrando para os não indígenas como é a nossa vida, a nossa vivência, a nossa realidade do dia a dia. A gente criou esse estilo, fez esse estilo de misturar as línguas, misturar os instrumentos indígenas com não indígenas, um pouco de cada coisa, uma coisa bonita, uma arte diferenciada que o BRO MC está levando, misturando guarani e português. A gente usa a nossa música para contar a história da comunidade indígena, falar a realidade da comunidade indígena, como a gente vive essa realidade da questão indígena. Então, a gente coloca isso nas nossas músicas, no tema da nossa poesia. E o tema vai ser sempre isso, sobre a luta pela sobrevivência, sobre a natureza e a nossa ancestralidade.” (Clemerson Batista)

“A música fez com que eu pudesse me expressar e falar sobre essa realidade da minha comunidade. A música é um caminho para que a gente possa levar a nossa voz, as nossas lutas. O rap que a gente fala é sobre a realidade do nosso povo, que é a realidade de muitos indígenas do povo Guarani Kaiowá do nosso Estado. Então, através do rap a gente relata esses problemas e, de alguma forma, também a violência que vem acontecendo com os povos indígenas. E é muito importante, porque o rap traz essa informação para muitas pessoas que ainda não entendem quem são os povos indígenas Guarani Kaiowá. Através da música, a gente vai mostrando para esses povos que também pode fazer.” (Charlie Peixoto)

“A gente faz uma mistura contemporânea indígena, música indígena. A gente leva as palavras dos nossos irmãos, a luta dos povos indígenas, dos Guarani Kaiowá para o palco. Então, isso acaba levando para vários públicos o conhecimento da cultura e da língua indígena, essa diversidade cultural que existe no Brasil”. (Kelvin)

O BRO MC é um grupo independente e, desde sua criação, tem conseguido se manter com sua arte, levando para os palcos os problemas e também a luta do povo indígena, como lembra Bruno VN. Entretanto, as dificuldades são muitas:



“Muitos festivais não chamam os povos indígenas e isso acaba nos excluindo. Então, tem muito talento não reconhecido por falta de oportunidade.” (Charlie)

“É muito raro você ver o BRO fazer um show, porque ainda há muito preconceito, muitas barreiras a serem derrubadas.” (Bruno)

“A cultura indígena vem sendo desvalorizada no nosso Estado, então, é difícil viver disso. A renda do nosso grupo vem de eventos culturais.” (Kelvin)

Diante disso, os membros do grupo apontam algumas potencialidades e caminhos possíveis para a produção artística indígena, especialmente a música:

“A gente sobrevive da arte, a gente leva nossa arte para o mundo ver e, através disso, a gente sobrevive das músicas, das coisas que a gente faz e gosta de fazer. Eu tenho certeza de que essa é uma coisa que o indígena tem que fazer, tem que estar nesses lugares, mostrando e abrindo caminho para que os outros venham fazer parte também” (Clemerson)

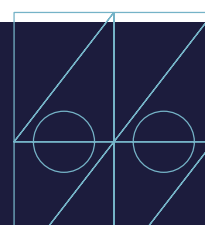
“O BRO foi um precursor na estrada para dar mais espaço e visibilidade. Então, hoje em dia a gente vê artistas indígenas em lugares onde antes era impossível para o artista indígena chegar. Não são muitos, mas alguns artistas já estão chegando nesses grandes palcos internacionais e alcançando mais espaço e visibilidade para os povos originários” (Kelvin)

“Quando a gente mostrar a nossa arte é que as pessoas vão olhar para os povos indígenas e conhecer cada povo indígena. Porque cada povo tem sua cultura, uma realidade diferente, seu modo de viver. Então, não é a mesma cultura, as mesmas ideias e as mesmas reivindicações. São povos totalmente diferentes. Tem que se criar mais festivais onde nós, indígenas, possamos mostrar nossa cultura e o nosso talento, o que somos capazes de fazer; precisamos de festivais com artistas do audiovisual, da escrita, das artes plásticas e tantos outros artistas indígenas que têm seu talento. Isso é importante para as pessoas conhecerem os povos indígenas porque muitas pessoas não conhecem e, quando você cria esses festivais, acaba dando oportunidade para essas pessoas conhecerem.” (Charlie)

Um dos caminhos apontados é a ampliação do intercâmbio entre experiências e manifestações de diferentes povos:

“É preciso criar um intercâmbio de povos indígenas, não só do Brasil, mas um intercâmbio entre países vizinhos, para a gente descobrir quais são os desafios que outros povos indígenas enfrentam. Quando a gente faz esse intercâmbio, a gente acaba conhecendo a cultura dos nossos parentes e eles também conhecem nossa cultura, nossa língua. Podemos conhecer artistas indígenas de outros países e a realidade que eles querem passar na música. A música é a conexão de todos os povos. A música é um caminho para que a gente possa levar a nossa voz, as nossas lutas. Através da música, a gente vai mostrando para esses povos que também pode fazer. Então, por isso, é muito importante a conexão de todos os povos.” (Charlie)

“A gente leva nossa arte para o mundo ver e eu tenho certeza de que essa é uma coisa que o indígena tem que fazer, tem que estar nesses lugares, mostrando e abrindo caminho para que os outros venham fazer parte também.” (Clemerson)



Shirley Djukurnã Krenak

@shirleykrenak



Foto: Daniele Guajajara

A cineasta Shirley Djukurnã Krenak pertence ao povo Krenak, do leste de Minas Gerais, inserido no bioma da Mata Atlântica. Deslocado pela ditadura militar nos anos 1970, seu povo morou por muitos anos na aldeia de Carmésia, próxima à cidade de Ferros. Ela foi uma das primeiras mulheres indígenas a ingressar em um curso superior no Brasil, no final dos anos 1990, e formou-se em Comunicação Social.

O primeiro traço característico de seu povo, reivindicado por Shirley, é a oralidade:

“Como artista eu costumo estar dentro do processo da oralidade. Eu procuro trabalhar muito com a questão oral. É com esse universo artístico que eu sempre procurei estar de acordo em todo o processo que é ensinado dentro da nossa cultura. Inclusive, a nossa linguagem não tem nem escrita, então, trabalhamos muito com a oralidade.”

Ela explica que o seu processo de criação envolve a cultura indígena e que começou a elaborar sua atividade artística a partir da realização de palestras em escolas e, principalmente, com trabalhos musicais. Hoje, além do cinema, ela atua com música, teatro e artes plásticas.

Como cineasta, Shirley já fez diversos trabalhos dentro da universidade, muitos deles ligados à perspectiva de luta, no mundo jurídico, pelos direitos de seu povo. Seu primeiro vídeo foi um documentário sobre o território indígena Sete Salões e a água do povo Krenak, que foi violada pela mineração.



Atualmente, Shirley está inserida em uma das maiores articulações de mulheres indígenas, a ANMIGA, que é uma articulação internacional e com quem ela está trabalhando na elaboração do filme ‘Mulheres, Indígenas, Biomas’, que deve ser lançado em 2026. Tendo como tema principal o intercâmbio entre povos, o filme está sendo realizado com uma equipe técnica do Equador e a ANMIGA tem como parceira uma instituição indígena do Equador. “Então, o filme não trata só do meu país, o filme trata de todos os biomas do mundo inteiro, com uma perspectiva coletiva da união. Trata-se dessa coletividade, tanto espiritual quanto territorial humana”, explica Shirley.

Ao falar sobre sua relação com o audiovisual, ela ressalta um diferencial:

“Eu trabalho 24 horas por dia com o processo da comunicação, mas com uma amplitude muito grande dentro da espiritualidade. Porque a gente pode utilizar desse universo da arte junto com a tecnologia, sem se afastar do mundo espiritual. Porque o que importa dentro desse mundo da comunicação é que nós, enquanto seres humanos, possamos entender que tudo que nós temos de tecnologia é biodiversidade, vem do meio ambiente. O mundo da tecnologia faz parte da biodiversidade e a biodiversidade faz parte do nosso dia a dia, 24 horas por dia. Precisamos trabalhar os dois lados, porque a gente entende que o celular, câmera de filmagem, computador, faz parte da nossa biodiversidade. E como trabalhar isso tudo se não tiver coletividade? Então, é nessa linha que eu vou, levando e traduzindo o meu universo, falando o que eu vejo no mundo”.

Neste sentido, Shirley observa que os cineastas indígenas ainda não são aceitos no cinema como detentores do saber e como diretores de um projeto, motivo pelo qual são poucos, principalmente mulheres, que têm menos oportunidades para estar nesses espaços. Nesse campo, seus principais temas de interesse são o corpo, a espiritualidade, o território, a ancestralidade, a água, a mulher e as crianças.

“O cinema se transforma em arte, mas arte é o corpo humano. Arte é meu corpo, primeira coisa de tudo. Depois, o que eu faço através do meu corpo: nesse corpo que é arte, a gente manifesta essa energia do saber. E a energia do saber se transforma em diversas outras ações positivas que podem abrir portas para mais pessoas. Então, eu trabalho com essas mensagens que eu entendo que fazem parte do meu mundo da arte. Isso é o significado do mundo da arte para mim, esses pilares.”

Ela faz questão de lembrar que, dentro desses sete pilares está a ancestralidade. Por isso, trabalha com a economia criativa, mas costuma chamá-la de economia ancestral, dentro da qual o mais valorizado pelos povos indígenas é o território, que corresponde ao desenvolvimento mental, corporal, espiritual e criativo.

“Tudo que eu faço em termos de povo, em termos de território, envolve uma economia e economia não é só gerar lucro e ter dinheiro. Economia vem também do saber, de continuar esse valor humano e histórico dentro do processo de crescimento da humanidade. Por isso que eu falo em economia ancestral.”

A respeito da relação entre sua atividade artística e os processos políticos em defesa dos povos indígenas e de seus territórios, Shirley comenta sobre a importância, mas também a dificuldade de se pautar ações sobre a questão ambiental em seu estado, Minas Gerais, onde atuam mais de 500 empresas de mineração, o que tem gerado uma grande violência ambiental.

“Isso aumenta a importância de trazer essas informações de forma verdadeira no mundo da comunicação. Então, a gente precisa falar de política pública dentro do mundo do cinema; são ações que a gente pode trabalhar de forma verdadeira, levando coisas corretas. Filmes com imagens, com perspectivas corretas para as pessoas. E de que forma trabalhar políticas públicas sem essa visão mais ampla do contemporâneo, sem essa visão mais ampla da comunicabilidade humana entre as pessoas, a oralidade do trabalho? Acho que no mundo do cinema se fala muito pouco sobre as questões que afetam os indígenas, como a mineração.”

Ainda sobre o setor do audiovisual, Shirley acredita que os cineastas e produtores brasileiros precisam ser mais valorizados e que a valorização do cinema brasileiro passa pela regulamentação das plataformas de *streaming*, como Netflix e outras. Ela defende também mais espaço para os cineastas indígenas, que têm olhar e forma próprios de ver o mundo, de ver o planeta:

“Eu gostaria que tivesse muito mais plataformas em que a gente pudesse se inscrever para buscar mais recursos para trabalhar dentro dessa perspectiva coletiva, porque aqui nós temos diversas histórias maravilhosas para serem mostradas para o mundo inteiro, mas através da nossa forma de ver, porque o mundo do cinema tem histórias de indígenas, mas não através da nossa visão. É através da visão do não indígena. Então, como reverter todo esse papel? Colocando a gente na direção.”

Shirley finaliza com uma mensagem sobre as vantagens de dar voz aos povos indígenas:

“Tudo que a gente tem ao nosso redor, 24 horas por dia, é tudo conexão com a gente mesmo. O problema é que o ser humano esqueceu disso e o mundo está sendo destruído porque você não está se conectando mais com você mesmo. De que forma você se conecta com seu mundo ancestral? A proposta da gente indígena estar no mundo do cinema é para poder levantar essa intenção e essa essência que se perderam nas pessoas. Isso é a potência da comunicação. É por isso que a gente está nesses espaços.”



Foto: Daniele Guajajara



PARAGUAI

Breve Resenha do Plano Nacional dos Povos Indígenas do Paraguai

Presidência do Paraguai Santiago Peña

Ministra da Cultura Adriana Ortiz Semidei

Direção Geral de Gabinete Humberto López Labella

Direção de Cooperação Internacional Teresita Silvero

Direção Geral de Patrimônio Cultural Natalia Ántola

Direção Geral de Planejamento, Desenvolvimento e Inovação Cultural Humberto López Labella

Direção Geral de Comunicação Estratégica Guillermo Ortiz

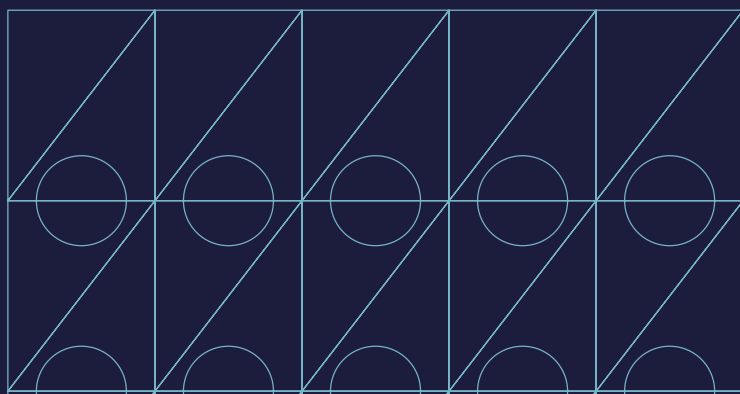
Direção Geral de Assessoria Jurídica María Digna González

Direção Geral de Diversidade, Direitos e Processos Culturais Estela Franceschelli

Direção de Formação e Divulgação da Diversidade Cultural María Luz Saldívar

Departamento de Expressão, Atividades, Bens e Serviços Culturais Fátima Báez

Equipe Técnica de Trabalho María Luz Saldívar, Fátima Báez e Nadia Riveros



INTRODUÇÃO O Plano Nacional dos Povos Indígenas (PNPI) constitui um marco na história democrática da República do Paraguai. Pela primeira vez, o Governo Nacional construiu e acordou com os Povos Indígenas um marco estratégico de ações para a garantia de seus direitos, por meio de um processo sustentado no diálogo intercultural.

Relevância

A relevância do PNPI é múltipla. Sob a perspectiva jurídica, identifica as ações prioritárias para efetivar os direitos dos povos estabelecidos na Constituição Nacional de 1992, na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, na Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas e em várias Convenções internacionais de direitos humanos ratificadas pelo Paraguai. Sob a perspectiva cultural, a decisão de adotar os valores fundamentais para os Povos Indígenas, definidos a partir de suas cosmovisões, como valores do Plano, confere-lhe um caráter inovador e profundamente intercultural.

Do ponto de vista político, o PNPI implica a adoção plena da abordagem baseada em direitos nas relações entre o Estado e os Povos Indígenas, praticando a consulta e a cooperação, com base nos princípios da justiça, da democracia, do respeito aos direitos humanos, da não discriminação e da boa-fé.

Situação dos Povos Indígenas que Habitam no Paraguai

A população indígena que habita no Paraguai compreende 19 Povos Indígenas, pertencentes a 5 famílias linguísticas, com um total de 117.150 pessoas. Cada um desses povos possui uma cultura milenar expressa em sua língua, conhecimentos e práticas ancestrais.

Quanto à distribuição demográfica, atualmente 52% da população indígena vive na Região Oriental e 48% na Região Ocidental. Em relação à distribuição populacional por departamento, 66,7% dos indígenas estão assentados nos departamentos de Presidente Hayes, Boquerón, Canindeyú e Amambay. Os departamentos de Caaguazú, Alto Paraná, Alto Paraguai, Concepción, San Pedro e Caazapá concentram 28,0%, e os restantes 5,3% habitam nos demais departamentos do país. A população indígena está assentada predominantemente em áreas rurais, um pouco mais de 91%. Entre os povos, os Maká e os Guaraní Ocidentais são os únicos grupos indígenas que residem, em sua maioria, em áreas urbanas.

Desigualdades e Discriminações Estruturais

Os Povos Indígenas, em seu conjunto e cada um em sua particularidade, sofrem discriminações estruturais construídas e sustentadas ao longo da história do país, expressas fundamentalmente na negação de seus direitos à terra e ao território como obstáculo primordial para o desfrute de seus direitos humanos. Essa circunstância também afeta as condições de trabalho dos indígenas. Igualmente, a migração para os centros urbanos impulsionou um tipo de discriminação que tem como consequência o exercício da violência contra aqueles que trabalham nas ruas, sendo as meninas, os meninos, adolescentes e mulheres adultas os que mais sofrem esses rigores.



Marco Normativo e Político

ANTECEDENTES Os Povos Indígenas sofreram injustiças históricas como resultado da colonização e da perda de seus territórios e recursos. No Paraguai, desde a etapa colonial, as políticas se caracterizaram pela exclusão, segregação e subordinação. Na década de 1970, os Povos Indígenas começaram a se organizar para a defesa de seus direitos e interesses em nível regional e nacional por meio da Associação de Parcialidades Indígenas (API).

OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS O ideal de garantir a toda pessoa uma ordem social e internacional respeitosa de seus direitos se concretiza por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pelas Nações Unidas.

CONSTITUIÇÃO NACIONAL A Constituição Nacional é a lei suprema da República e reconhece, em seu Capítulo V do Título I, os direitos dos Povos Indígenas, afirmando sua existência como grupos anteriores à formação e organização do Estado paraguaio. A utilização da nomenclatura “povos” representa, na história do Paraguai, um grande avanço jurídico-político no tratamento digno às culturas ancestrais.

LIVRE DETERMINAÇÃO A Declaração estabelece que os Povos Indígenas têm direito à livre determinação e, consequentemente, a estabelecer livremente sua condição política e perseguir livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

DIREITOS ÀS TERRAS, TERRITÓRIO E RECURSOS Na Declaração, reconhece-se o direito dos Povos Indígenas às suas terras, territórios e recursos, incluindo aqueles que possuíram tradicionalmente, mas que atualmente estão sob controle de outros, de fato ou de direito.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS As disposições da Declaração e da Convenção 169 da OIT, que afirmam os direitos dos Povos Indígenas à saúde, à educação, ao emprego, à moradia, à seguridade social e a um nível de vida adequado, são consonantes com as interpretações dos direitos econômicos, sociais e culturais pelo



Comitê de Direitos Humanos e pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Diante do mundo exterior, e muitas vezes também dentro das comunidades indígenas, a singularidade cultural dos Povos Indígenas é considerada um dos traços que os definem.

DIREITOS COLETIVOS Os direitos dos Povos Indígenas têm, por definição, caráter coletivo. Ou seja, são conferidos a indivíduos indígenas que se organizam em povos. Embora também se reconheçam direitos individuais, é inovador o grau em que se reconhecem na Declaração os direitos coletivos.*

AVANÇOS LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS Além da normativa constitucional e das normas de direitos humanos de origem internacional vigentes que estabelecem direitos dos Povos Indígenas, o Paraguai conta com leis nacionais relevantes sobre a matéria.

- *Estatuto das Comunidades Indígenas (Lei 904/81) **
- *Lei nº 3231/07 que cria a Direção-Geral de Educação Escolar Indígena*
- *Lei nº 5469/15 de Saúde Indígena*
- *Lei nº 4251/10 de Línguas*
- *Decreto nº 1039/2018*

Agenda 2030 e os Povos Indígenas

Os Povos Indígenas tiveram participação ativa nos processos que resultaram na Agenda 2030; por isso, esse marco se refere explicitamente às questões relacionadas ao desenvolvimento desses povos e se fundamenta nos princípios de universalidade, direitos humanos, igualdade e sustentabilidade ambiental (Nações Unidas, s.f. b).

Cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas respectivas metas são relevantes quanto aos direitos e ao bem-estar dos povos: 156 das 169 metas estão estreitamente relacionadas aos direitos humanos, enquanto 73 estão vinculadas de forma significativa à Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Valores

TERRITÓRIO O território, em seu conjunto, é um espaço geográfico, espiritual e cultural, no qual vivem. É considerado como um grande lar do qual se obtém sustento diário. Está vinculado às práticas culturais, aos processos históricos, à alimentação e é parte do próprio povo. Transcende o utilitário e o comercial.

RECURSOS NATURAIS As terras e territórios indígenas preservam a diversidade natural e contêm os recursos necessários para a vida. Os Povos Indígenas conhecem a mata e utilizam os recursos que a natureza oferece para a cura, a alimentação, a educação, a moradia e a arte. Além disso, os recursos naturais têm uma relação estreita com a espiritualidade.

ESPIRITUALIDADE As terras e os territórios são os lugares das cerimônias. Ali se desenvolve toda a cultura e a forma de ser indígena. Existem sítios sagrados utilizados desde tempos ancestrais, locais onde se recolhem remédios tradicionais, se realizam práticas sagradas de orações, danças, cantos e jogos tradicionais, entre outras manifestações culturais. A espiritualidade na vida dos Povos Indígenas é um estado de relação direta com o grande espírito; essa situação é vivida e visualizada de maneira material e imaterial, em todo momento da existência da cultura, que se transmite de geração em geração e de acordo com a realidade de cada Povo Indígena.

IDENTIDADE É o autorreconhecimento de ser indígena em sua diversidade, fundamentado na relação com o território, a cultura, a espiritualidade, a língua e a história ancestral de cada povo. Para os Povos Indígenas, o território ancestral é o fundamento de sua identidade:

Sem tekoha guasu (território) não há teko (vida). “Ao falar de terra, falamos de nós mesmos”, é o espaço sagrado “onde somos o que somos”. Na cosmovisão indígena, a natureza e a pessoa são uma só, o que implica uma relação harmoniosa com a Mãe Terra e todo o entorno.

LÍNGUAS A cultura é a vida e a alma dos Povos Indígenas; nela se guardam todas as diversas formas de vida ao longo do tempo. Uma das formas de transmitir os saberes próprios nos Povos Indígenas é por meio da Palavra que cada cultura desenvolveu ao longo do tempo.

Por meio de suas línguas, através da oralidade e atualmente também da escrita, os diversos povos transmitem os saberes de suas culturas e podem se comunicar. As línguas são parte do patrimônio cultural que transcende as fronteiras do Paraguai.

ARTE E PRÁTICAS CULTURAIS Essas manifestações são bens valiosos pela criatividade tangível e intangível, pela beleza, diversidade, riqueza, originalidade e profundidade dos valores expressos em suas obras e práticas coletivas.



Pode-se classificar a arte indígena em arte indígena utilitária, decorativa, de coleção e sagrada (Secretaria Técnica de Planejamento, 2018: 52).

Os relatos, os mitos, a música, as canções, os jogos e as festas tradicionais fazem parte da cultura dos Povos Indígenas e constituem, junto com sua arte, parte do patrimônio cultural do Paraguai.

RECIPROCIDADE A economia indígena é uma prática cultural baseada no que os guaranis chamam de *jopói*, a reciprocidade, o compartilhar, utilizando os recursos disponíveis na comunidade de forma equilibrada e solidária.

As formas econômicas solidárias e respeitadas do equilíbrio ambiental desenvolvidas pelos indígenas atualmente adquirem cada vez mais relevância diante dos desafios do desenvolvimento sustentável no Paraguai e no mundo.

ORGANIZAÇÃO PRÓPRIA E DIREITO CONSUTUDINÁRIO Cada Povo Indígena desenvolve seu próprio sistema organizativo de acordo com sua cultura e realidades, transmitido de geração em geração. Com o passar do tempo, os povos vão adaptando esse sistema organizativo ao contexto e às necessidades de sua cultura (Secretaria Técnica de Planejamento, 2018: 44).

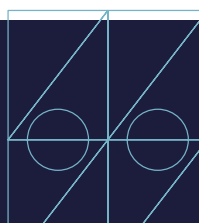
Existem sistemas próprios de organização comunitária, assim como organizações em nível departamental, nacional e regional. No nível comunitário, a assembleia e o consenso ocupam um lugar central para a tomada de decisões da comunidade.

As leis consuetudinárias são normas internas de convivência que os povos possuem, e essas normas, junto com suas formas de aplicação, constituem sistemas jurídicos próprios.

Além disso, é necessário compreender o valor da palavra para os Povos Indígenas: o compromisso, os acordos, o respeito mútuo.

CONCLUSÃO O PNPI é o instrumento de ação da República do Paraguai para alcançar os objetivos da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), em cumprimento do compromisso assumido no Documento Final da Conferência Mundial sobre Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (2014). Constitui o marco orientador acordado com os Povos Indígenas para o desenvolvimento e consolidação de políticas de Estado.

O Plano busca melhorar as condições de vida das comunidades ancestrais e a qualidade de vida.



CHILE

Rumo à Proteção dos Patrimônios Culturais dos Povos Indígenas/Originários¹ no Chile

Presidência do Chile Gabriel Boric Font

Ministra das Culturas, das Artes e do Patrimônio Carolina Arredondo Marzán

Subsecretaria das Culturas e das Artes Jimena Jara Quilodrán

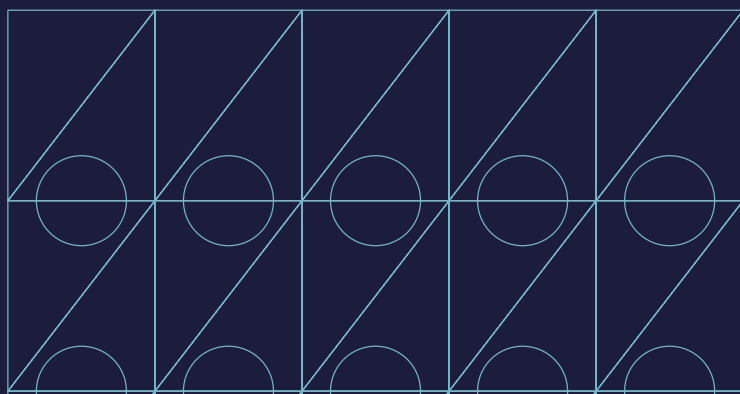
Chefe do Departamento de Cidadania Cultural da Subsecretaria das Culturas e Artes Marianela Riquelme Aguiar

Ponto Focal da Comissão da Diversidade Cultural do Mercosul Moyra Holzapfel Peña

Departamento de Cidadania Cultural.

Subsecretaria das Culturas e das Artes

¹ Ao longo de todo o texto é utilizado o termo “povos indígenas/originários”, porque, no Chile, os integrantes das primeiras nações consideram o termo “indígena” ofensivo, pois carrega um peso simbólico negativo, e preferem “originário”, como indicado em diversos processos participativos de consulta prévia em nível nacional.



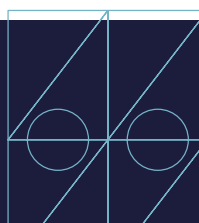
INTRODUÇÃO

Nos últimos 20 anos, ganhou força no Chile a ideia de legislar sobre um conceito fundamental para os povos indígenas/originários: seus patrimônios culturais. Este é, sem dúvida, um conceito emergente, repleto de complexidades, pois leva em consideração todo o conjunto de sistemas culturais próprios dos povos originários, tanto em suas dimensões materiais quanto imateriais. Esta abordagem para lidar com esse fenômeno foi amplamente discutida no processo de Consulta Prévia com os povos indígenas e afrodescendentes do Chile, para a nova legislação patrimonial, elaborada pelo Serviço Nacional do Patrimônio Cultural entre setembro de 2023 e 23 de abril de 2024, data em que foi assinado o acordo nacional da consulta indígena, enquanto a consulta afrodescendente foi concluída com um acordo nacional assinado em Arica, em 6 de abril de 2014.

O acordo final com os povos indígenas consiste em 20 pontos assinados pelas autoridades do Ministério das Culturas, das Artes e do Patrimônio e por 158 representantes de todos os povos originários presentes nas 16 regiões do país, enquanto a Consulta Prévia às Tribos Afrodescendentes envolveu 30 representantes e resultou na assinatura de 14 pontos. O conteúdo desses acordos foi incorporado à proposta legislativa que está sendo analisada pela Comissão de Cultura do Senado, do nosso Congresso Nacional. Entendendo que esse processo pode não representar plenamente o verdadeiro significado de seus patrimônios para os 11 povos indígenas/originários e afrodescendentes do Chile, pois, o marco legal quase sempre fica aquém do objeto que pretende proteger, ainda mais quando se trata de demandas socioculturais.

Desde o retorno à democracia no Chile, em 1990, e mais especificamente, desde a promulgação da Lei Indígena nº19.253, em 1993, a realidade territorial dos povos indígenas mudou drasticamente, tanto em termos sociodemográficos quanto na esfera cultural. Do início da década de 1990 até o presente, diversos povos originários foram oficialmente reconhecidos, enriquecendo o espectro da diversidade cultural, ao mesmo tempo que uma série de demandas sociais transversais, em áreas como educação intercultural; direitos de gênero; direitos da natureza; e reconhecimento de direitos coletivos e individuais dos povos indígenas/originários, entre outras.

A situação atual em relação aos povos indígenas/originários reflete nosso arcabouço legal no Chile. Especificamente, o quadro de direitos dos povos indígenas/originários no Chile está bastante distante do padrão internacional dos direitos humanos dos povos. Assim, se compararmos este quadro com os dos nossos países vizinhos, verificamos que nem sequer reconhecemos os povos indígenas/originários como sujeitos de direitos na sua dimensão individual e coletiva.



Nesse contexto, o Chile tem pelo menos uma dívida em relação ao reconhecimento Constitucional básico dos povos indígenas/originários, um reconhecimento que a maioria dos países latino-americanos começou a abordar após a redemocratização de seus Estados no final da década de 1980 e início dos anos 1990. Essa situação nos separa claramente por cerca de 30 anos em termos de progresso no que diz respeito ao reconhecimento jurídico dos direitos dos povos. Esse contexto permitiu que esses países avançassem gradual e progressivamente no reconhecimento dos direitos políticos, econômicos, sociais e culturais, apesar dos avanços e retrocessos inerentes.

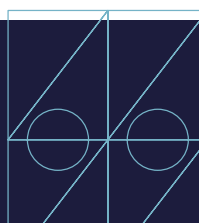
No entanto, ao não seguir nessa direção, o Chile mantém um quadro jurídico nacional que reflete fielmente nossa realidade sociocultural, ambivalente e fragmentada. Um exemplo desse cenário é que hoje contamos com uma Lei Indígena, a de nº 19.253, aprovada em 1993, que é a principal norma vigente no Chile referente ao reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. Essa lei, no entanto, está inserida em um paradigma centrado no chamado etnodesenvolvimento, típico da década de 1980. A Lei Indígena chilena está claramente abaixo do padrão do conjunto de direitos humanos internacionais dos povos indígenas e não apresenta modificações substanciais que permitam sua atualização, ao menos no que diz respeito à Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Chile em 2008 e em vigor desde setembro de 2009.

Atualmente, o Chile possui poucos instrumentos normativos dedicados exclusivamente ao reconhecimento dos direitos dos povos, como, por exemplo, a Lei que reconhece os espaços costeiros marítimos dos povos originários (2018) e outras normas que regem o direito à consulta prévia, a saber, os Decretos Supremos nº 66 e 40 (2013), a Lei da Ilha da Páscoa nº 16.441 (1966), que basicamente concede direitos de cidadania ao povo Rapa Nui. Por sua vez, a Lei nº 21.070 visa regulamentar o exercício dos direitos de residência, permanência e circulação dentro e fora do território especial de Rapa Nui. Desde 2018, a Lei nº 21.045, que criou o atual Ministério das Culturas, das Artes e do Patrimônio, é regida pelos princípios da “diversidade cultural” e do “reconhecimento cultural dos povos indígenas”, entre outros, com funções específicas para promover e colaborar no reconhecimento e salvaguarda do patrimônio cultural indígena, entre outras.

Contudo, apesar desses avanços, não contamos com um marco legal que reconheça o patrimônio cultural dos povos indígenas e afrodescendentes, nem com uma garantia constitucional dos direitos humanos culturais. Temos apenas a Lei dos Monumentos Nacionais nº 17.288, de 1970, que não sofreu modificações substanciais desde então.

Portanto, o Estado do Chile tem uma dívida histórica com o patrimônio cultural do país, e é urgente atualizar a legislação para cumprir os compromissos assumidos por meio das Convenções e Tratados Internacionais promovidos pelo Sistema das Nações Unidas, através de seus órgãos especializados, como a Unesco e a OIT.

Nesse contexto sociocultural, a atual administração governamental do Chile comprometeu-se, em seu programa, a realizar uma consulta prévia aos povos indígenas para a nova legislação sobre patrimônio, em conformidade com a norma da Convenção 169 da OIT. Esse processo, coordenado em nível nacional, durou oito meses. Teve início em agosto de 2023, com uma convocação pública nacional para organizações que representam os 11 povos indígenas legalmente reconhecidos no Chile. O processo de Consulta Prévia para a legislação patrimonial alcançou uma implementação territorial em 246 municípios, de um total de 346 em nível nacional, ou seja, 71%, tendo sido realizados 943 diálogos, nos quais 14.447 pessoas registraram presença, representando 3.248 organizações, comunidades e associações.



Os seguintes pilares foram consultados:

1. PILAR DE REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO: consultados sobre a representação dos povos indígenas e afrodescendentes no(s) órgão(s) que a nova legislação define para regulamentar o patrimônio cultural indígena afrodescendente.

2. PILAR DE PROTEÇÃO DOS PATRIMÔNIOS CULTURAIS INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES: abordou como a nova legislação impedirá violações dos direitos humanos culturais dos povos. Buscou-se chegar a acordos sobre o uso adequado de conhecimentos e expressões culturais, normas sobre a restituição de bens culturais e regulamentação para o novo sepultamento de restos bioantropológicos, entre outros assuntos.

3. PILAR DE RECONHECIMENTO E DEFINIÇÕES: abordou o reconhecimento da existência dos patrimônios dos povos indígenas e afrodescendentes no Chile. Seu conteúdo, elementos e características foram definidos em conjunto.

Como resultado do processo de Consulta Prévia aos povos indígenas/originários, destacam-se os acordos nº2:

“Definição de patrimônio cultural indígena, a saber: O patrimônio cultural indígena é um patrimônio vivo que constitui um todo indivisível que integra o material, o imaterial, o cultural e o natural. Esse patrimônio é dinâmico ao longo do tempo e mantém um vínculo permanente com as heranças culturais e espirituais ancestrais e com o meio ambiente natural, sendo transmitido de geração em geração. Abrange de forma integral a cosmovisão, os saberes, as línguas maternas, o conhecimento tradicional coletivo, as práticas ancestrais de saúde, as expressões e práticas culturais tradicionais, as memórias, as ciências, as artes, os espaços, as paisagens, os territórios, os maretórios e os lugares de importância histórica e cultural. O território é o elemento básico e articulador do patrimônio cultural indígena e é fundamental para sua projeção futura. Cada povo pode usar sua língua materna para promover, aplicar, nomear e definir o patrimônio cultural indígena nos âmbitos de aplicação desta lei. (Acordo legal). “O reconhecimento e o fortalecimento das línguas serão incorporados como componente das políticas e programas sociais, com um plano a nível de território nacional que aborde a forma como serão desenvolvidos, considerando um programa social com ênfase em crianças, adolescentes e jovens pertencentes a povos originários.” (Acordo programático).

Acordo nº4: Reconhecimento do Conhecimento Tradicional Coletivo:

“Se entende por ‘Conhecimento Tradicional Coletivo’ o conjunto de saberes ancestrais, práticas, ciências, tecnologias, crenças, técnicas, artesanatos e jogos ancestrais que são desenvolvidos, ofícios, toponímias e símbolos, apoiados e transmitidos de geração em geração, criados e desenvolvidos devido à natureza dinâmica das práticas dentro de um povo, que pode incluir aspectos linguísticos, rituais, cerimoniais, medicinais, de criação de filhos e partos ancestrais, agrícolas, pecuários, técnicas e outros conhecimentos ecológicos e espirituais que fazem parte do patrimônio cultural imaterial dos povos.”

Acordo nº7: Inventário nacional de Conhecimentos Tradicionais Coletivos;

Acordo nº5: Reconhecimento das línguas maternas como patrimônio cultural dos povos originários no Chile, entre outros².

² Para mais informações, visitar o seguinte site:

<https://www.pueblosoriginarios.gob.cl/consulta-previa-indigena-y-afrodescendiente>

Um dos principais acordos é o reconhecimento do conhecimento tradicional, que, se aprovado pelo Congresso Nacional, como em exemplos comparáveis, seria protegido por uma legislação de natureza patrimonial. Isso permitiria, como primeiro passo, a construção de um sistema de proteção desses “conhecimentos tradicionais”, primeiramente por meio de seu reconhecimento; em seguida, por meio da realização de estudos com uma abordagem baseada em direitos, para que possa ser incluído em inventários também com uma abordagem baseada em direitos; alguns “conhecimentos tradicionais” seriam públicos, outros confidenciais, entre outras questões.

O processo participativo de exercício de direitos políticos, como o é o direito à consulta prévia, levanta diversas questões, sendo uma das principais aquelas relacionadas às demandas do pluralismo sociocultural. Além do cenário específico que possibilitaria a aprovação desta nova legislação, caso ela seja aprovada com a incorporação dos acordos de consulta prévia, este novo cenário legislativo poderia produzir os seguintes efeitos diretos:

Criação de políticas públicas sobre patrimônio com uma abordagem baseada em direitos, exercendo o direito coletivo de participação dos povos; mudança de paradigma e reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos de direitos coletivos e individuais; progresso rumo à proteção e revitalização integral dos patrimônios culturais, tanto material quanto imaterial dos povos; maior democracia nas novas instituições de patrimônio; reconhecimento da especificidade do Ministério das Culturas, das Artes e do Patrimônio em matéria de patrimônios culturais dos povos indígenas e afrodescendentes, entre outros.

CONCLUSÃO Portanto, um dos principais desafios futuros para as políticas públicas sobre essa questão é transversalizar as demandas históricas e contemporâneas dos povos indígenas/originários e dos povos tribais afrodescendentes chilenos em todos os diversos órgãos da administração pública, com uma abordagem baseada em direitos que permita o exercício do direito coletivo à participação, como eixo articulador dos demais direitos humanos desses povos, no âmbito da administração pública do Estado do Chile.

Daniela Abarzúa Órdenes

Advogada da Divisão Jurídica do Serviço Nacional do Patrimônio Cultural do Ministério das Culturas, das Artes e do Patrimônio do Chile. Participou como Coordenadora Técnica Nacional do processo de Consulta Prévia aos povos indígenas e tribais afrodescendentes chilenos, para a nova legislação patrimonial do Chile.

No vale de Azapa, na região de Arica a Parinacota, foi realizado, nos dias 5 e 6 de abril, o Encontro Nacional do Povo Tribal Afrodescendente chileno, com a participação de autoridades e representantes de diversas regiões do país. O evento, organizado pelo Serviço Nacional de Patrimônio do Ministério das Culturas, das Artes e do Patrimônio, se insere nas atividades realizadas pela Consulta Indígena e Afrodescendente para a elaboração de uma nova legislação patrimonial. No total, participaram 31 representantes das regiões de Arica e Parinacota, Tarapacá, Antofagasta, Atacama, Coquimbo, Valparaíso, Metropolitana, Maule e Biobío.



No dia 6 de abril, o Encontro Nacional do Povo Tribal Afrodescendente chileno, com a participação de autoridades e representantes de diversas regiões do país. Após três dias de intenso trabalho e diálogo foi assinado um acordo nacional de 14 pontos. Na imagem, a Diretora Nacional Nélida Pozo Kudo; Coordenadora Nacional do processo de Consulta Prévia; a diretora regional de Arica e Parinacota; a encarregada regional do processo de consulta prévia e delegação de representantes do povo Tribal Afrodescendente Chileno da região de Arica e Parinacota.



Encontro nacional de diálogo entre o Estado e os 158 representantes que participaram do encontro. Segundo dia de encontro nacional, 20 de abril de 2024, Santiago, representantes dos 11 povos indígenas, eleitos por seus territórios, das 16 regiões do país, mais o território especial Rapa Nui.



Em maio de 2024, foi realizado o XVII Encontro Zonal Norte de Praticantes Culturais Indígenas e Afrodescendentes. Uma atividade que reúne mais de 80 portadores de patrimônio cultural imaterial das regiões nortinas de Arica e Parinacota, Tarapacá, Antofagasta, Atacama e Coquimbo, além de praticantes culturais da região patagônica de Aysén como convidados especiais para essa ocasião.



Fotos:
Comunicações - Departamento de Cidadania Cultural do Ministério das Culturas, das Artes e do Patrimônio

ESPAÑOL

Cuadernos de diversidad cultural

Buenas prácticas del MERCOSUR

Cadernos da Diversidade Cultural

Boas práticas do MERCOSUL

VOL. 5

Diversidade e Povos Indígenas/Originários
Diversidad y Pueblos Indígenas/Originarios

Edição Bilingue:
português – **espanhol**

Presentación

En el Ministerio de Cultura de Brasil nos hemos esforzado en promover políticas públicas de cultura que impulsen la transformación social, la emancipación y la justicia social. Así, avanzamos en la implementación de acciones e iniciativas que materializan un compromiso asumido con el pueblo brasileño y con políticas públicas para los pueblos indígenas como fortalecimiento de nuestra democracia y como desarrollo justo y sostenible de nuestro país.

Un avance del gobierno brasileño fue la creación del Ministerio de los Pueblos Indígenas, bajo el liderazgo de la ministra Sônia Guajajara, orientado a la promoción y fortalecimiento de políticas públicas para los pueblos indígenas. Esta iniciativa refleja un gobierno preocupado por corregir y enfrentar desafíos y problemas que históricamente han afectado a la población indígena, además de actuar en el reconocimiento, garantía y promoción de los derechos de los pueblos originarios. La institución representa un hito en la lucha por la reparación histórica y contra la violación de los derechos humanos.

En el ámbito cultural, el gobierno federal actúa para promover y fortalecer políticas públicas para los pueblos indígenas también como reparación histórica y justicia social. A través de iniciativas y acciones, se busca reconocer la fuerza de las culturas originarias, la importancia de la economía creativa indígena y la potencia de sus artes, del audiovisual y de la literatura. El objetivo es dar protagonismo, promover la inclusión y valorar la inmensa diversidad de lenguas, tradiciones y saberes de estos pueblos.

El Ministerio de Cultura actúa, así, en la consolidación de políticas culturales estructurantes y transversales, concebidas como políticas de Estado — plurales, democráticas y promotoras de los derechos culturales como derechos universales. En este proceso, buscamos reflejar la diversidad cultural brasileña y, al mismo tiempo, fortalecer lo que nos une como nación: el derecho de todos y todas a la cultura, con la participación social como eje central y estructurante.

Garantizar el pleno ejercicio de los derechos culturales — el acceso a la producción, difusión, promoción y disfrute de la cultura — es esencial para enfrentar las desigualdades y la pobreza. Esto implica reconocer el impacto social y económico de la cultura como generadora de riqueza, trabajo y renta — siempre de forma inclusiva, democrática y sostenible.

Reducir las desigualdades históricas de acceso a los recursos culturales, especialmente en territorios y comunidades históricamente marginadas, es imperativo para la construcción de una sociedad más justa. Un ejemplo significativo es la Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), que asegura la transferencia anual de 3 mil millones de reales a estados y municipios y reserva una cuota mínima del 10% de los recursos para personas y comunidades indígenas.

Los saberes, tradiciones, expresiones culturales y tecnologías de los pueblos indígenas son fuentes fundamentales de aprendizaje sobre preservación de la naturaleza,

justicia climática, respeto y paz. De la misma manera, las mujeres y juventudes indígenas nos enseñan nuevas formas de hacer política, garantizar derechos y practicar la sostenibilidad — modos de existir y relacionarse con el mundo que inspiran la construcción de un futuro más equilibrado. En este sentido, avanzamos con la creación de la Coordinación de Promoción de las Culturas Indígenas, en el ámbito de la Secretaría de Ciudadanía y Diversidad Cultural, encargada de elaborar el Plan Nacional de las Culturas de los Pueblos Indígenas.

Aprobado por unanimidad en la 4ª Conferencia Nacional de Cultura, el Plan de las Culturas Indígenas es una construcción colectiva que exige escucha calificada, cuidado y corresponsabilidad entre ministerios, organizaciones indígenas y territorios. Su metodología valora el protagonismo indígena, la diversidad de saberes y la espiritualidad como fundamento. No se trata de adaptar los pueblos a las políticas existentes, sino de transformar las políticas públicas a partir de los saberes indígenas.

El plan es reconocido como política de Estado transversal y estratégica, fundamental para la defensa de los derechos originarios, de las lenguas, de las memorias y de los muchos modos de buen vivir. Y, principalmente, representa una iniciativa inédita, sin precedentes en la historia de este país.

El Ministerio de Cultura reafirma, así, su compromiso con la pluralidad, con la escucha, con la insurgencia poética que transforma políticas públicas en cantos de sanación. Porque proteger las culturas indígenas es proteger el futuro. Y el futuro, como dicen los mayores, es ancestral y ya comenzó.

Celebrar las culturas indígenas es celebrar el Brasil del tamaño de Brasil — aquel que no cabe en los mapas, pero late en las aldeas, en las retomadas, en las luchas contra la serpiente del capital. Es reconocer que el desarrollo no puede ser destrucción, que la justicia climática comienza con la demarcación de las tierras y con el fortalecimiento de las lenguas que nombran el mundo.

El Ministerio de Cultura reafirma, así, su compromiso con la pluralidad, con la escucha, con la insurgencia poética que transforma políticas públicas en cantos de sanación. Porque proteger las culturas indígenas es proteger el futuro. Y el futuro, como dicen los mayores, es ancestral y ya comenzó.

Todas estas iniciativas del Ministerio de Cultura en el ámbito de las culturas indígenas reafirman el avance del gobierno brasileño en la democratización del acceso a los derechos culturales y en la valorización de la pluralidad que constituye Brasil, como elementos fundamentales para la democracia y el desarrollo sostenible para todos los brasileños y brasileñas.

Brasil es tierra indígena: somos 391 etnias presentes en toda la extensión territorial del país y hablamos 295 lenguas vivas. Son cientos de formas de pensar, existir, expresar lo sagrado, con culturas distintas, y todas son Brasil. Celebrar, reverenciar, proteger, fortalecer y garantizar el derecho de las culturas indígenas es celebrar quiénes somos, nuestro pasado, nuestro presente y nuestro futuro. De este modo, el Ministerio de Cultura y el Gobierno de Brasil reafirman el compromiso de fortalecer, preservar y promover las culturas de los pueblos indígenas como parte esencial de la identidad nacional y del futuro del país.

Gobierno de Brasil, al lado del pueblo brasileño!

Margareth Menezes

Ministra de Cultura de Brasil



BRASIL

Producción artística y cultural de la juventud indígena en Brasil

Presidente de la República Federativa de Brasil Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra de Cultura Margareth Menezes

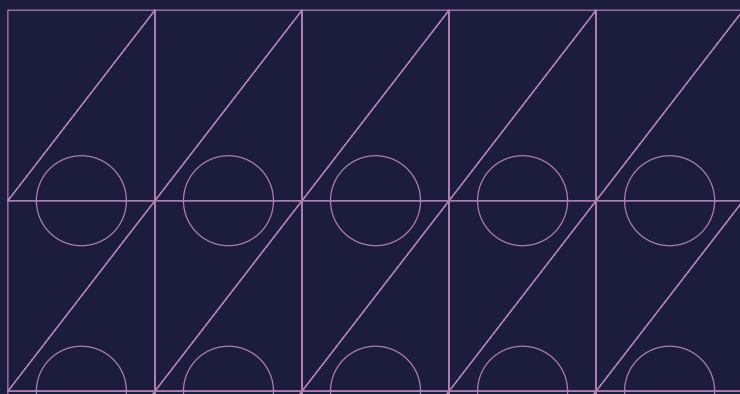
Secretaria de Cidadanía y Diversidad Cultural Márcia Helena Gonçalves Rollemberg

Directora Nacional de Promoción de la Diversidad Cultural Karina Miranda da Gama

Director de la Política Nacional de Cultura Viva João Pontes

Director de Promoción de las Culturas Populares Sebastião José Soares

Coordinadora de Proyectos Especiales Giselle Dupin



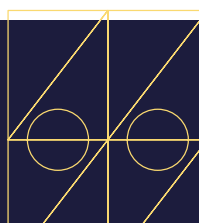
INTRODUCCIÓN

El objetivo de este artículo es explorar la producción artística y cultural de jóvenes indígenas de Brasil. Los jóvenes indígenas, incluyendo mujeres, hombres y personas LGBTQIA+, están emergiendo como una fuerza poderosa en la escena cultural, moviéndose a través de diversos lenguajes artísticos, como la música, las artes visuales, la literatura, la actuación y otros. La importancia de abordar este tema radica en la valorización y visibilización de estas expresiones culturales, que son fundamentales para promover la diversidad y fortalecer las identidades indígenas en el contexto del Mercosur Cultural.



Foto: Daniele Guajajara

La producción artística de los jóvenes indígenas es un campo dinámico y actualmente con gran visibilidad, que refleja la complejidad y riqueza de las culturas indígenas contemporáneas. Al abordar este tema, destacamos la importante contribución de estas voces en la escena cultural global y reforzamos la necesidad de políticas culturales inclusivas que reconozcan y apoyen la diversidad cultural. El arte indígena contemporáneo es un poderoso medio de resistencia, reafirmación identitaria y diálogo intercultural, aspectos cruciales para la construcción de sociedades más justas y equitativas en el ámbito del Mercosur.



Daiara Tukano

@daiaratukano

OBRAS:

- **Selva Mãe do Rio Menino (2020)**
maior mural de arte urbana do mundo, a obra ocupa mais de 1.000 m² no histórico Edifício Levy, no Centro de Belo Horizonte
- **Véxoa: Nós Sabemos (2020)**
coletiva com trabalhos de 23 artistas indígenas, com curadoria da também artista Naine Terena, do povo Terena, na Pinacoteca de São Paulo

RECONHECIMENTO E PRÊMIOS:

- 2021 Vencedora do Prêmio PIPA Online
- 2022 Ganhadora do Prêmio Prince Claus, da organização holandesa Prince Claus Fund

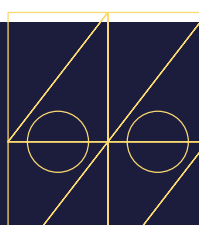


Artista visual e investigadora en derechos humanos, Daiara Tukano pertenece al pueblo Yepá Mahsã, más conocido como pueblo Tukano, que vive en el Alto Río Negro, en el estado de Amazonas, en la frontera de Brasil con Venezuela. Actualmente, actúa como representante indígena en el Consejo Nacional de Política Cultural.

Formada en artes por la Universidad de Brasilia, Daiara fue profesora de artes hasta decidir dedicarse más a la producción artística. Entonces, emprendió una búsqueda sobre la producción de su pueblo, desde objetos llevados del territorio indígena durante el proceso colonial, hasta grafismos y pinturas que estaban casi olvidados, como ella explica:

“En nuestra región, tuvimos una experiencia muy triste de negación de nuestra cultura por parte del Estado y de la iglesia. Cuando llegaron los misioneros católicos, prohibieron todo: la lengua, los nombres, las ceremonias, todas las prácticas. Entonces, son pocos los conocedores, pero mi familia forma parte de una línea de resistencia que se empeñó en mantener esos conocimientos vivos. Y creo que esos conocimientos llegan hasta mí a través de ese gesto de resistencia, por eso los llevo a mi arte.

“Al principio, era algo muy personal, hasta que fui invitada a participar en la exposición Armadilhas Indígenas, en el Memorial de los Pueblos Indígenas, que mostraba trampas hechas con puntas de bambú que los parientes colocaban en el bosque para intentar reventar los neumáticos de los camiones que deforestaban la región. Entonces, el curador de la exposición, Bené Fonteles, pidió a algunos artistas que hicieran obras alrededor de cada trampa. Fue la





primera vez que mostré mis pinturas, que en este caso fueron pinturas que llamé HORI, que es el nombre que damos a nuestros grafismos, a nuestras visiones, a las imágenes que tenemos en la ceremonia de Ayahuasca.

“En aquella época, yo colaboraba con la radio Yandê, que fue la primera radio web hecha por indígenas y dirigida a los indígenas en Brasil, y que sigue existiendo. Hacíamos todo tipo de reportajes, hablando de lanzamientos de libros, músicas, películas producidas por indígenas. Así conocí a uno de los creadores de la radio, Denilson Baniwa, que también es de la región del Río Negro y también es artista. Compartíamos el sentimiento de que era importante tener una transformación cultural en Brasil, con la inclusión del arte indígena, un arte que pueda traer nuestras memorias, nuestras inquietudes, nuestra lucha y también nuestras cosmovisiones, nuestra cultura viva, porque existe un racismo estructural, existe una violencia presente en Brasil, que está en la escuela, en los medios, en la literatura y en las artes también, pero que está muy naturalizada. Entonces, empezamos a desarrollar todo tipo de trabajos de lenguaje que pudieran enfrentarse a eso.

“El trabajo de Denilson es muy explícito en relación con denunciar las violencias. Pero, por una decisión personal, mi trabajo se orientó hacia la valorización de mi cultura y de la visión del mundo de mi pueblo, nuestra cosmovisión, de creer y tener fe realmente en nuestras narrativas de origen. Entonces, todavía estoy en esa fase de encantamiento, y hago de otra manera la denuncia de las violencias, por medio de otras articulaciones, como por ejemplo la incidencia política, pues necesitamos mucho la presencia del Estado para construir un camino que pueda garantizar que nuestras culturas sigan vivas.”

Sobre la relación del arte contemporáneo con las tradiciones ancestrales, Daiara considera que no hay diferencia entre la tradicionalidad que está en el origen y aquella que el artista indígena lleva a las técnicas contemporáneas:

“Existen enfoques del arte que son académicos y profundamente eurocentrados. La narrativa de la historia del arte es visiblemente racista en relación con los pueblos indígenas y necesitamos tener una mirada crítica sobre eso. Traer un enfoque indígena implica traer otras narrativas históricas, ampliar las visiones. Pero eso incluye reformular muchas percepciones sobre el arte. Por ejemplo, la idea de que una persona indígena que pinta con pintura acrílica o que hace una proyección o una película sería una artista menos tradicional que la que crea en la comunidad, en la Maloca, o la que hace pintura corporal con jenipapo, con urucum. Pero, en realidad, la esencia es la misma. La tradicionalidad está presente en la conciencia y en la memoria del artista, en su identidad y en su práctica.

“Necesitamos construir la presencia indígena en los espacios del arte, traer la presencia de los artistas indígenas y sus creaciones en esos espacios que son representaciones de poder, en los museos de importancia nacional. Formo parte de una generación que, junto con parientes artistas de varios pueblos, logramos organizarnos para estar allí llegando, casi forzando la puerta, para participar y construir muestras y exposiciones, entrar en un circuito de arte que es elitista, trabaja de forma capitalista, en función de una especulación, y está distante de nosotros, con una lógica bastante depredadora. Son muchas trampas. Las personas nos ven como exóticos, quieren tratarnos como piezas raras, y somos mucho más que eso. Somos pensamiento, somos filosofía y, principalmente, somos una voluntad política de que este tipo de enfoque sobre nosotros se transforme.

“Me siento muy feliz de poder mostrar mi trabajo y traer con él la belleza de la cultura de mi pueblo, la resistencia de mi pueblo y de todos los demás pueblos. Pero mi intención no es querer convertirme en una artista de élite, no es el dinero, no es la fama. Eso sería fácil, pero sería vacío. Este trabajo que hago lo construimos junto con todos los parientes, porque nadie está haciendo solo esto, tenemos un espacio de discusión, de diálogo entre nosotros, para que el trabajo que hacemos pueda traer más jóvenes indígenas también en la defensa de nuestra cultura, de nuestro pensamiento y en la construcción de nuestro arte, evidenciar que nunca fuimos pueblos del pasado, siempre estuvimos en todas las contemporaneidades, siempre fuimos pueblos del ahora, pues nuestra relación con el tiempo es continua y nuestra memoria es mucho más larga, tanto hacia adelante como hacia atrás, de la misma manera que esperamos que sea continua la presencia de nuestros ríos, de nuestros bosques, de nuestros cantos, de nuestras lenguas.”



Gean Pankararu

@geanramospankararuoficial

OBRAS:

- álbum Por um Segundo;
- DVD Trajetória;
- CD Inversões (2016, nominado al Grammy y al premio Indigenous Music Awards, en Manitoba, Canadá);
- banda sonora de la película Deus te dê Boa Sorte, premiada en el Festival de Cine de Triunfo, en 2019;
- muestra colectiva de música autoral Reverbo, desde 2019;
- espectáculo Aquela Estrela;
- Mostra Pankararu de Música (ediciones en 2020, 2021, 2022 y 2023);
- canciones Nanã y Escancarada, grabadas en 2022 por artistas de renombre – Ronaldo Bastos y Simone, respectivamente;
- curador del Festival Indígenas BR (2022) y del edital Natura Musical (2023);
- Premio Grão de Música 2023 con la canción Setembro em Mim.



Originario del pueblo Pankararu del sertão del Estado de Pernambuco, en la región del nordeste brasileño, Gean Ramos Pankararu preside actualmente el Instituto Aió Conexões, asociación sin fines de lucro dedicada a la promoción de la cultura indígena. Su principal expresión artística es la música indígena contemporánea, que utiliza como herramienta para valorar, preservar y difundir la cultura y las tradiciones de su pueblo y de los demás pueblos originarios.

Como cantante y compositor, se inspira en sus orígenes en el Territorio Indígena Pankararu, lugar bañado por el Río São Francisco y referencia de historias y recuerdos transmitidos oralmente, que involucran antiguas rutas de tren y la convivencia entre diversos pueblos indígenas:

“Es en este escenario donde comenzó mi trayectoria artística y de vida, en una familia numerosa. Soy el 12º hijo de Doña Tida, indígena Pankararu, y de Don Eronides, nieto de personas negras esclavizadas. Desde temprano, la música fue una compañera, expresión profunda de identidad y resistencia. A los ocho años ya tocaba los primeros acordes en la guitarra y, a los 19 años, decidí ir a Brasília en busca de oportunidades para estudiar música, y luego a Florianópolis, donde grabé mi primer EP en 2001. Tuve la oportunidad de presentarme en varias regiones de Brasil e incluso en cruceros internacionales, representando a mi pueblo en diversos escenarios.”

“Hoy, mi obra es una continuidad de las inspiraciones que encuentro en la naturaleza y en la cultura de mi pueblo. La riqueza cultural de nuestros cantos, danzas y rituales, mezclada con influencias de otros ritmos y sonoridades, me inspira a componer canciones que hablan tanto de quiénes somos como de quiénes queremos ser.

Las músicas de Gean, llamadas por él “canciones-toré”, llaman la atención por fusionar tradición e innovación. Él explica esta característica de su obra:

“Mi música es una fusión de los elementos ancestrales Pankararu con sonoridades contemporáneas, y busca crear un puente entre la tradición y la modernidad, uniendo pasado, presente y futuro en un círculo continuo. Las letras que compongo abordan temas como ancestralidad, resistencia, identidad indígena y los desafíos sociales que enfrentan los pueblos originarios en Brasil.”

“Mis obras son fruto de un proceso de interacción permanente con mi ancestralidad, conservando y rescatando mis orígenes, siendo también parte de la identidad y del patrimonio cultural del pueblo Pankararu. En esta fusión, la esencia de nuestros rituales, la fuerza del toante Pankararu y la riqueza de nuestra espiritualidad dialogan con ritmos y sonoridades contemporáneas, llevando la experiencia indígena a un nuevo público, pero sin perder el respeto y la integridad de nuestras costumbres ancestrales. Creo en el poder transformador del arte y busco, a través de la música, una conexión con las memorias e historias que llevamos, para inspirar a las nuevas generaciones a



sentirse orgullosas de sus raíces y a continuar nuestra historia de resistencia y resiliencia. Mi música es un instrumento de resistencia.”

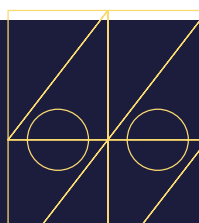
Responsable de la creación de la Mostra Pankararu de Música y del Instituto Aió, Gean explica cómo estas acciones buscan la sostenibilidad económica, cultural y ambiental del pueblo Pankararu y de las comunidades a su alrededor:

“Estas iniciativas permiten que artistas, artesanas/os, agricultoras/es y otros profesionales de la comunidad se conecten con el público y creen una cadena de valor que respete y preserve nuestros saberes y prácticas. La Mostra dinamiza la economía local y genera un espacio donde nuestra artesanía, nuestra música, gastronomía y tradiciones se convierten en fuentes de ingresos, además de fortalecer nuestra identidad cultural. Y cada acción del Instituto Aió busca fomentar esta economía creativa, reforzando la autonomía de nuestras comunidades y manteniendo viva nuestra cultura, en diálogo con el mundo.

“Este ecosistema busca ir más allá del impacto económico: es un sistema de sostenibilidad en varias capas. Es cultural, porque mantiene viva la esencia de nuestros ancestros; es social, porque construye diálogos entre generaciones y combate el borrado de nuestras historias; y es ambiental, porque cada acción está pensada para respetar y valorar el territorio, fortaleciendo nuestro vínculo con la tierra. Al traer estas canciones, creo estar contribuyendo para que las futuras generaciones encuentren un espacio de expresión enraizado en nuestra ancestralidad, pero que también hable directamente a sus vivencias en el mundo actual.”

Gean Pankararu defiende que el arte es más que una expresión: es un medio de resistencia que conecta pasado, presente y futuro, y que, por ello, es uno de los más potentes instrumentos de visibilidad y resistencia de los pueblos originarios:

“El arte lleva nuestras voces, traduce nuestras historias, denuncia las injusticias que enfrentamos y fortalece nuestra identidad de forma accesible y sensible. A través de la música indígena contemporánea y de las canciones-toré, por ejemplo, consigo comunicar tanto con nuestro pueblo como con otras culturas, creando un espacio de encuentro e intercambio. Es una forma de proteger nuestras tradiciones y también de adaptarlas a los nuevos contextos sin perder nuestra esencia. Cada canción, danza u obra artística que producimos lleva en sí una resistencia orquestada, una afirmación de que nuestra cultura no solo existe, sino que está viva y es relevante.”



Grupo BRO MC'S

@bromcsoficial

PRODUÇÃO DO GRUPO:

- Single – Resistência Nativa (2021);
- Single – Demarcação (2022);
- Single – Koangagua (2022)
- EP – Rap Indígena (2022)



Primer grupo musical indígena de RAP creado en Brasil, que compone y canta letras y músicas de Hip Hop, BRO MC's nació en 2009 en la ciudad de Dourados, en el Estado de Mato Grosso do Sul, región Centro-Oeste. Sus cuatro integrantes son del pueblo Guaraní Kaiowá: Kelvin Mbaretê y Charlie Peixoto, de la Aldea Bororó; Bruno VN, de la Aldea Jaguaíru; y Clemerson Batista, de la Aldea Jabapiru. Mezclando los idiomas portugués y guaraní para reafirmar la identidad y denunciar las difíciles condiciones de vida de los pueblos indígenas en el país, el grupo BRO MC's ya se ha presentado en diversas ciudades de Brasil y comienza a conquistar escenarios internacionales, como el Grammy, Global Citizen y Rock in Rio.

En 2023, el grupo fue uno de los galardonados con el Premio Cultura Viva Sérgio Mamberti de Diversidad Cultural, creado por el Ministerio de Cultura.

Los cuatro integrantes del BRO MC's comentaron los orígenes del grupo, sus características y los objetivos del trabajo que realizan con la música:

“Creamos el grupo en 2009, con el objetivo de traer los problemas sociales de nuestra aldea, relatando la cuestión indígena.” (Bruno VN)

“Las tradiciones indígenas influyen bastante en nuestro trabajo porque es de donde venimos. Somos nietos e hijos de rezadores tradicionales, de los que hacen sus rezos, entonces eso influye mucho en nuestro arte. La principal fuente de inspiración es la comunidad, el pueblo Guaraní Kaiowá y su lucha, su camino. Abordamos mucho en las letras de las canciones sobre nuestra comunidad, nuestro pueblo.” (Kelvin Mbaretê)

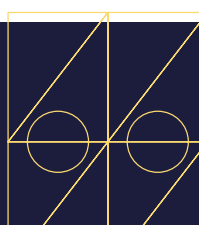


“Estamos mostrando algo nuevo, algo diferente que traemos de nuestra aldea, mostrando a los no indígenas cómo es nuestra vida, nuestra vivencia, nuestra realidad cotidiana. Creamos este estilo, mezclamos los idiomas, mezclamos los instrumentos indígenas con no indígenas, un poco de cada cosa, algo bonito, un arte diferente que BRO MC’s está llevando, mezclando guaraní y portugués. Usamos nuestra música para contar la historia de la comunidad indígena, hablar de la realidad de la comunidad indígena, cómo vivimos esa realidad de la cuestión indígena. Entonces, ponemos eso en nuestras canciones, en el tema de nuestra poesía. Y el tema siempre será eso: la lucha por la supervivencia, la naturaleza y nuestra ancestralidad.” (Clemerson Batista)

“La música hizo que pudiera expresarme y hablar sobre esta realidad de mi comunidad. La música es un camino para que podamos llevar nuestra voz, nuestras luchas. El rap que hacemos habla sobre la realidad de nuestro pueblo, que es la realidad de muchos indígenas del pueblo Guaraní Kaiowá de nuestro Estado. Entonces, a través del rap relatamos estos problemas y, de alguna forma, también la violencia que ocurre contra los pueblos indígenas. Y es muy importante, porque el rap lleva esta información a muchas personas que aún no entienden quiénes son los pueblos indígenas Guaraní Kaiowá. A través de la música, vamos mostrando a esos pueblos que también pueden hacerlo.” (Charlie Peixoto)

“Hacemos una mezcla contemporánea indígena, música indígena. Llevamos las palabras de nuestros hermanos, la lucha de los pueblos indígenas, de los Guaraní Kaiowá al escenario. Entonces, eso acaba llevando a varios públicos el conocimiento de la cultura y de la lengua indígena, esta diversidad cultural que existe en Brasil.” (Kelvin)

BRO MC’s es un grupo independiente y, desde su creación, ha logrado mantenerse con su arte, llevando a los escenarios los problemas y también la lucha del pueblo indígena, como recuerda Bruno VN. Sin embargo, las dificultades son muchas:



“Muchos festivales no llaman a los pueblos indígenas y eso acaba excluyéndonos. Entonces, hay mucho talento no reconocido por falta de oportunidad.” (Charlie)

“Es muy raro ver a BRO hacer un show, porque todavía hay mucho prejuicio, muchas barreras que derribar.” (Bruno)

“La cultura indígena viene siendo desvalorizada en nuestro Estado, entonces es difícil vivir de esto. Los ingresos de nuestro grupo vienen de eventos culturales.” (Kelvin)

Ante esto, los miembros del grupo señalan algunas potencialidades y caminos posibles para la producción artística indígena, especialmente la música:

“Sobrevivimos del arte, llevamos nuestro arte para que el mundo lo vea y, a través de eso, sobrevivimos con las músicas, con las cosas que hacemos y nos gusta hacer. Estoy seguro de que esto es algo que el indígena tiene que hacer, tiene que estar en esos lugares, mostrando y abriendo camino para que otros también formen parte.” (Clemerson)

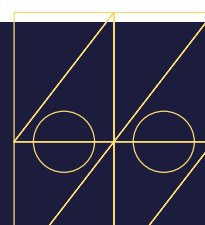
“BRO fue un precursor en el camino para dar más espacio y visibilidad. Entonces, hoy en día vemos artistas indígenas en lugares donde antes era imposible que un artista indígena llegara. No son muchos, pero algunos artistas ya están llegando a esos grandes escenarios internacionales y alcanzando más espacio y visibilidad para los pueblos originarios.” (Kelvin)

“Cuando mostramos nuestro arte es cuando las personas miran a los pueblos indígenas y conocen a cada pueblo indígena. Porque cada pueblo tiene su cultura, una realidad diferente, su modo de vivir. Entonces, no es la misma cultura, las mismas ideas ni las mismas reivindicaciones. Son pueblos totalmente diferentes. Hay que crear más festivales donde nosotros, indígenas, podamos mostrar nuestra cultura y nuestro talento, lo que somos capaces de hacer; necesitamos festivales con artistas del audiovisual, de la escritura, de las artes plásticas y tantos otros artistas indígenas que tienen su talento. Esto es importante para que las personas conozcan a los pueblos indígenas porque muchas personas no los conocen y, cuando se crean estos festivales, se acaba dando oportunidad para que esas personas los conozcan.” (Charlie)

Uno de los caminos señalados es la ampliación del intercambio entre diferentes pueblos y sus experiencias y manifestaciones:

“Es necesario crear un intercambio de pueblos indígenas, no solo de Brasil, sino un intercambio entre países vecinos, para descubrir cuáles son los desafíos que enfrentan otros pueblos indígenas. Cuando hacemos este intercambio, acabamos conociendo la cultura de nuestros parientes y ellos también conocen nuestra cultura, nuestra lengua. Podemos conocer a los artistas indígenas de otros países y la realidad que quieren transmitir en la música. La música es la conexión de todos los pueblos. La música es un camino para que podamos llevar nuestra voz, nuestras luchas. A través de la música, vamos mostrando a esos pueblos que también pueden hacerlo. Por eso, es muy importante la conexión de todos los pueblos.” (Charlie)

“Llevamos nuestro arte para que el mundo lo vea y estoy seguro de que esto es algo que el indígena tiene que hacer, tiene que estar en esos lugares, mostrando y abriendo camino para que otros también formen parte.” (Clemerson)



Shirley Djukurnã Krenak

@shirleykrenak



Foto: Daniele Guajajara

La cineasta Shirley Djukurnã Krenak pertenece al pueblo Krenak, del este de Minas Gerais, bioma de la Mata Atlántica. Desplazado por la dictadura militar en los años 1970, su pueblo vivió durante muchos años en la aldea de Carmésia, cerca de la ciudad de Ferros. Fue una de las primeras mujeres indígenas en ingresar a un curso superior en Brasil, a finales de los años 1990, y se graduó en comunicación social.

El primer rasgo característico de su pueblo que Shirley reivindica es la oralidad:

“Como artista, suelo estar dentro del proceso de la oralidad. Procuro trabajar mucho con la cuestión oral. Es ese universo artístico en el que siempre he buscado estar, de acuerdo con todo el proceso que se enseña dentro de nuestra cultura. Incluso, nuestra lengua ni siquiera tiene escritura, entonces trabajamos mucho con la oralidad.”

Ella explica que todo su proceso de creación involucra su cultura indígena y que comenzó a desarrollar su actividad artística a partir de la realización de charlas en escuelas y principalmente con trabajos musicales. Hoy, además del cine, trabaja con música, teatro y artes plásticas.

Como cineasta, Shirley ya realizó diversos trabajos dentro de la universidad, muchos de ellos ligados a la perspectiva de lucha, en el ámbito jurídico, por los derechos de su pueblo. Su primer video fue un documental sobre el territorio indígena Sete Salões y el agua del pueblo Krenak que fue violada por la minería.



Actualmente, Shirley trabaja con una de las mayores articulaciones de mujeres indígenas, llamada ANMIGA, que es una articulación internacional y con la cual está trabajando en la elaboración de la película *Mujeres, Indígenas, Biomas*, que debe estrenarse en 2026. Con el tema principal del intercambio entre pueblos, la película se está realizando con un equipo técnico de Ecuador y ANMIGA tiene como socia una institución indígena ecuatoriana. “Entonces, la película no trata solo de mi país, la película trata de todos los biomas del mundo entero, con una perspectiva colectiva de unión. Se trata de esa colectividad, tanto espiritual como territorial humana”, explica Shirley.

Al hablar sobre su relación con el audiovisual, ella destaca un diferencial:

“Trabajo 24 horas al día con el proceso de la comunicación, pero con una amplitud muy grande dentro de la espiritualidad. Porque podemos utilizar ese universo del arte junto con la tecnología, sin alejarnos del mundo espiritual. Porque lo que importa dentro de este mundo de la comunicación es que nosotros, como seres humanos, podamos entender que todo lo que tenemos de tecnología es biodiversidad, viene del medio ambiente. El mundo de la tecnología forma parte de la biodiversidad y la biodiversidad forma parte de nuestro día a día, 24 horas al día. Necesitamos trabajar ambos lados, porque entendemos que el celular, la cámara de filmación, la computadora, forman parte de nuestra biodiversidad. ¿Y cómo trabajar todo eso si no hay colectividad? Entonces, es en esa línea que voy, llevando y traduciendo mi universo, hablando de lo que veo en el mundo”.

En este sentido, Shirley observa que los cineastas indígenas aún no son aceptados en el cine como poseedores del saber y como directores de un proyecto, motivo por el cual existen pocos cineastas indígenas, principalmente mujeres, que tienen pocas oportunidades para estar en esos espacios. Como cineasta, sus principales temas de interés son: el cuerpo, la espiritualidad, el territorio, el agua, la mujer y los niños.

“El cine se transforma en arte, pero el arte es el cuerpo humano. El arte es mi cuerpo, lo primero de todo. Después, lo que hago a través de mi cuerpo: en ese cuerpo que es arte, manifestamos esa energía del saber. Y la energía del saber se transforma en diversas otras acciones positivas que pueden abrir puertas para más personas. Entonces, trabajo con esos siete mensajes que entiendo que forman parte de mi mundo del arte. Ese es el significado del mundo del arte para mí, esos pilares.”

Ella hace cuestión de recordar que, dentro de esos siete pilares, está la ancestralidad. Por eso, trabaja con la economía creativa, pero suele llamarla economía ancestral, dentro de la cual lo más valorado por los pueblos indígenas es el territorio, que corresponde al desarrollo mental, corporal, espiritual y creativo.

“Todo lo que hago en términos de pueblo, en términos de territorio, involucra una economía y la economía no es solo generar lucro y tener dinero. La economía también viene del saber de continuar. Ese valor humano e histórico dentro del proceso de crecimiento de la humanidad. Por eso hablo de economía ancestral.”

Sobre la relación entre su actividad artística y los procesos políticos en defensa de los pueblos indígenas y de sus territorios, Shirley comenta la importancia, pero también la dificultad de plantear acciones sobre la cuestión ambiental en su estado, Minas Gerais, donde operan más de 500 empresas mineras, lo que ha generado una gran violencia ambiental.

“Eso aumenta la importancia de traer esa información de forma verdadera en el mundo de la comunicación. Entonces, necesitamos hablar de política pública dentro del mundo del cine; son acciones que podemos trabajar de forma verdadera, llevando cosas correctas. Películas con imágenes, con perspectivas correctas para las personas. ¿Y de qué forma trabajar políticas públicas sin esa visión más amplia de lo contemporáneo? Sin esa visión más amplia de la comunicabilidad humana entre las personas, la oralidad del trabajo. Creo que en el mundo del cine se habla muy poco sobre las cuestiones que afectan a los indígenas, como la minería.”

Aún sobre el sector audiovisual, Shirley cree que los cineastas y productores brasileños necesitan ser más valorados y que la valorización del cine brasileño pasa por la regulación de las plataformas de streaming, como Netflix y otras. Ella también defiende más espacio para los cineastas indígenas, que tienen una mirada y una forma propia de ver el mundo, de ver el planeta:

“Me gustaría que hubiera muchas más plataformas en las que pudiéramos inscribirnos para buscar más recursos para trabajar dentro de esa perspectiva colectiva, porque aquí tenemos diversas historias maravillosas para mostrar al mundo entero, pero a través de nuestra forma de ver, porque el mundo del cine tiene historias de indígenas, pero no a través de nuestra visión. Es a través de la visión del no indígena. Entonces, ¿cómo revertir todo ese papel? Poniéndonos en la dirección.”

Y Shirley finaliza con un mensaje sobre las ventajas de dar voz a los pueblos indígenas:

“Todo lo que tenemos a nuestro alrededor, 24 horas al día, es conexión con nosotros mismos. El problema es que el ser humano olvidó eso y el mundo está siendo destruido porque ya no se conecta consigo mismo. ¿De qué forma te conectas con tu mundo ancestral? La propuesta de que nosotros, indígenas, estemos en el mundo del cine es para poder levantar esa intención y esa esencia en las personas que se perdió. Esa es la potencia de la comunicación. Por eso estamos en esos espacios.”



Foto: Daniele Guajajara

PARAGUAY

Breve Reseña del Plan Nacional de los Pueblos Indígenas del Paraguay

Presidencia de la Nación Santiago Peña, Presidente

Ministra de Cultura Adriana Ortiz Semidei

Dirección General de Gabinete Humberto López LaBella

Dirección de Cooperación Internacional Teresita Silvero

Dirección General de Patrimonio Natalia Antola

Dirección General de Planificación, Desarrollo e Innovación Cultural Huberto López La Bella

Dirección General de Comunicación Estratégica Guillermo Ortíz

Dirección General de Asesoría Jurídica María Digna González Parini

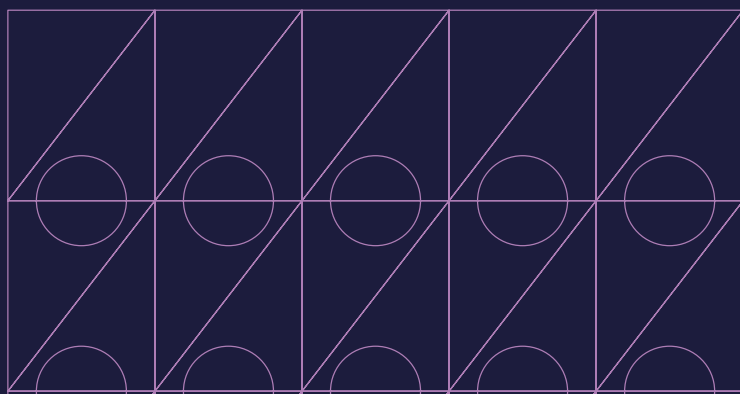
Dirección General de Diversidad, Derechos y Procesos Culturales Estela Franceschelli

Dirección de Formación y Divulgación de la Diversidad Cultural María Luz Saldívar

Departamento de Expresión, Actividades, Bienes y Servicios Culturales Fátima Báez

Departamento de Protección, Políticas y Medidas Culturales Diana González

Equipo Técnico de trabajo María Luz Saldívar, Fátima Báez y Nadia Riveros



INTRODUCCIÓN El Plan Nacional de Pueblos Indígenas (PNPI) constituye un hito en la historia democrática de la República del Paraguay. Por primera vez, el Gobierno Nacional ha construido y acordado con los Pueblos Indígenas un marco estratégico de acciones para la garantía de sus derechos, a través de un proceso sustentado en el diálogo intercultural.

Relevancia

La relevancia del PNPI es múltiple. Desde la perspectiva jurídica, identifica las acciones prioritarias para efectivizar los derechos de los pueblos establecidos en la Constitución Nacional de 1992, en la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, en la Declaración Americana sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, y en varias Convenciones internacionales de derechos humanos ratificadas por el Paraguay. Desde la perspectiva cultural, la decisión de tomar los valores fundamentales para los Pueblos Indígenas, definidos desde sus cosmovisiones, como los valores del Plan, lo dota de un carácter innovador y profundamente intercultural.

Desde el punto de vista político, el PNPI implica la adopción plena del enfoque de derechos en las relaciones entre el Estado y los Pueblos Indígenas, practicando la consulta y la cooperación, en base a los principios de la justicia, la democracia, el respeto de los derechos humanos, la no discriminación y la buena fe.

Situación de Los Pueblos Indígenas que Habitan en El Paraguay

La población indígena que habita en el Paraguay comprende a 19 Pueblos Indígenas, 4 pertenecientes a 5 familias lingüísticas, con un total de 117.150 personas. Cada uno de estos pueblos posee una cultura milenaria expresada en su lengua, conocimientos y prácticas ancestrales.

En cuanto a la distribución demográfica, en la actualidad el 52% de la población indígena vive en la Región Oriental y el 48% en la Región Occidental. Respecto de la distribución poblacional según departamento, el 66,7% de las y los indígenas se encuentra asentado en los departamentos de Presidente Hayes, Boquerón, Canindeyú y Amambay. Los departamentos de Caaguazú, Alto Paraná, Alto Paraguay, Concepción, San Pedro y Caazapá comprenden al 28,0%, y el restante 5,3% habita en los demás departamentos del país. La población indígena está asentada predominantemente en áreas rurales, un poco más del 91%. Entre los pueblos, los Maká y los Guaraní occidentales son los únicos grupos indígenas que residen, en su mayoría, en el área urbana.

Desigualdades y Discriminaciones Estructurales

Los Pueblos Indígenas, en su conjunto y cada uno en su particularidad, sufren discriminaciones estructurales construidas y sostenidas a lo largo de la historia del país, expresadas fundamentalmente en la negación de sus derechos a la tierra y al territorio como obstáculo primordial para el disfrute de sus derechos humanos. Esta circunstancia también afecta las condiciones laborales de los y las indígenas. Igualmente, la migración hacia los centros urbanos ha impulsado un tipo de discriminación que tiene como consecuencia el ejercicio de la violencia hacia quienes trabajan en la calle, resultando las niñas, los niños, adolescentes y las mujeres adultas quienes más fuertemente sufren estos rigores.



Marco Normativo y Político

ANTECEDENTES Los Pueblos Indígenas han sufrido injusticias históricas como resultado, de la colonización y de haber sido desposeídos de sus territorios y recursos. En el Paraguay, desde la etapa colonial, las políticas se caracterizaron por la exclusión, la segregación, la subordinación. En la década de 1970, los Pueblos Indígenas comenzaron a organizarse para la defensa de sus derechos e intereses en el nivel regional y nacional a través de la Asociación de Parcialidades Indígenas, API.

LOS DERECHOS DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS El ideal de garantizar a toda persona un orden social e internacional respetuoso de sus derechos se da a través de la Declaración Universal de Derechos Humanos, adoptada por las Naciones Unidas.

CONSTITUCIÓN NACIONAL La CN es la ley suprema de la república y reconoce en su Capítulo V del Título I los derechos de los Pueblos Indígenas, afirmando su existencia como grupos anteriores a la formación y organización del Estado paraguayo. La utilización de la nomenclatura “pueblos” representa, en la historia del Paraguay, un gran avance jurídico-político en el tratamiento digno a las de cultura ancestral.

LIBRE DETERMINACIÓN La Declaración establece que los Pueblos Indígenas tienen derecho a la libre determinación y, en consecuencia, a establecer libremente su condición política y perseguir libremente su desarrollo económico, social y cultural.

DERECHOS A LAS TIERRAS, TERRITORIO Y RECURSOS En la Declaración se reconoce el derecho de los Pueblos Indígenas a sus tierras, territorios y recursos, incluidos los que han poseído tradicionalmente, pero en la actualidad están controlados por otros, de hecho o de derecho.

DERECHOS ECONÓMICOS, SOCIALES Y CULTURALES Las disposiciones de la Declaración y el Convenio 169 de la OIT donde se afirman los derechos de los Pueblos Indígenas a la salud, la educación, el empleo, la vivienda, la seguridad social y un nivel de vida adecuado son consonantes con las interpretaciones de los derechos económicos,



*La Ley N° 4251/10 De Lenguas
Decreto N° 1039/2018*

sociales y culturales con el Comité de Derechos Humanos y el Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales.

Frente al mundo exterior, y a menudo también dentro de las comunidades indígenas, la singularidad cultural de los Pueblos Indígenas se considera uno de los rasgos que los definen.

DERECHOS COLECTIVOS Los derechos de los Pueblos Indígenas tienen, por definición, carácter colectivo.

Dicho de otro modo, se confieren a individuos indígenas que se organizan en pueblos. Aunque también se reconocen derechos individuales, es innovador el grado en que se reconocen en la Declaración los derechos colectivos.*

AVANCES LEGISLATIVOS E INSTITUCIONALES Además de la normativa constitucional y de las normativas de derechos humanos de origen internacional vigentes que establecen derechos de los Pueblos Indígenas, el Paraguay cuenta con leyes nacionales relevantes en la materia.

*El Estatuto de las Comunidades Indígenas (Ley 904/81) **

La Ley N° 3231/07 Que crea la Dirección General de Educación Escolar Indígena

La Ley N° 5469/15 De Salud Indígena

AGENDA 2030 Y LOS PUEBLOS INDÍGENAS Los Pueblos Indígenas tuvieron activa participación en los procesos que dieron como resultado la Agenda 2030, por ello este marco se refiere explícitamente a los asuntos relacionados con el desarrollo de estos pueblos y se fundamenta en los principios de universalidad, derechos humanos, igualdad y sostenibilidad del medio ambiente (Naciones Unidas, s.f. b).

Cada uno de los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible y sus metas respectivas son relevantes en cuanto a los derechos y el bienestar de los pueblos: 156 de las 169 metas están estrechamente relacionadas con los derechos humanos, mientras que 73 están vinculadas en forma significativa con la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas.

Valores

TERRITORIO El territorio en su conjunto es un espacio geográfico, espiritual y cultural, en el cual viven. Es considerado como un hogar grande del cual se proveen para el sustento diario. Está vinculado a las prácticas culturales, a los procesos históricos, a la alimentación y es parte del pueblo mismo. Trasciende lo utilitario y lo comercial.

RECURSOS NATURALES Las tierras y territorios indígenas preservan la diversidad natural, contienen los recursos necesarios para la vida. Los Pueblos Indígenas conocen el monte y utilizan los recursos que brindan la naturaleza para la curación, la alimentación, la educación, la vivienda, el arte. A su vez, los recursos naturales tienen una relación estrecha con la espiritualidad.

ESPIRITUALIDAD Las tierras y los territorios son los lugares de las ceremonias. Allí se desarrolla toda la cultura y la forma del ser indígena. Existen sitios sagrados utilizados desde tiempos ancestrales, lugares donde se recogen remedios tradicionales, se desarrollan prácticas sagradas de oraciones, danzas, cantos y juegos tradicionales, entre otras manifestaciones culturales. La espiritualidad en la vida de los Pueblos Indígenas es un estado de relación directa con el gran espíritu, esta situación se vive y se visualiza de manera material e inmaterial, en todo momento de la existencia de la cultura que se transmite de generación en generación y de acuerdo a la realidad de cada Pueblo Indígena.

IDENTIDAD Es el autoreconocimiento de ser indígena en su diversidad, se funda en la relación con el territorio, la cultura, la espiritualidad, la lengua y la historia ancestral de cada Pueblo. Para los Pueblos Indígenas es el territorio ancestral el fundamento de su identidad:

Sin *tekoha guasu* (territorio) no hay *teko* (vida). “Al hablar de tierra hablamos de nosotros mismos”,¹² es el espacio sagrado “donde somos lo que somos”. En la cosmovisión indígena la naturaleza y la persona son una sola, lo que conlleva una relación armoniosa con la Madre Tierra y todo el entorno.

LENGUAS La cultura es la vida y el alma de los Pueblos Indígenas, en ella se guardan todas las diversas formas de vida a lo largo del tiempo. Una de las formas de transmitir los saberes propios en los Pueblos Indígenas es por medio de la Palabra que cada cultura ha desarrollado en el tiempo.

A través de sus lenguas, por medio de la oralidad y actualmente también por la escritura, los diversos pueblos transmiten los saberes de sus culturas y pueden comunicarse. Las lenguas son parte del patrimonio cultural que trasciende las fronteras del Paraguay.



ARTE Y PRÁCTICAS CULTURALES Estas manifestaciones son valiosos bienes por la creatividad tangible e intangible, la belleza, la diversidad, la riqueza, la originalidad y la profundidad de los valores expresados a través de sus obras y prácticas colectivas

Se puede clasificar el arte indígena en arte indígena utilitario, decorativo, de colección y sagrado (Secretaría Técnica de Planificación, 2018: 52).

Los relatos, los mitos¹³, la música, las canciones, los juegos y los festejos tradicionales forman parte de la cultura de los Pueblos Indígenas y constituyen, junto con su arte, parte del patrimonio cultural del Paraguay.

RECIPROCIDAD La economía indígena es una práctica cultural que se basa en lo que los guaraníes llaman el *jopói*, la reciprocidad, el compartir, utilizando los recursos de los cuales dispone la comunidad en forma equilibrada y solidaria.

Las formas económicas solidarias y respetuosas del equilibrio ambiental desarrolladas por los indígenas en la actualidad adquieren cada vez más relevancia ante los desafíos del desarrollo sostenible en el Paraguay y en el mundo.

ORGANIZACIÓN PROPIA Y DERECHO CONSUETUDINARIO Cada Pueblo Indígena desarrolla su propio sistema organizativo de acuerdo a su cultura y realidades, el cual se transmite de generación en generación. Con el transcurrir del tiempo, los pueblos van adaptando ese sistema organizativo al contexto y a las necesidades de su cultura (Secretaría Técnica de Planificación, 2018: 44)

Existen sistemas propios de organización comunitaria, así como organizaciones a nivel departamental, nacional y regional. En el nivel comunitario, la asamblea y el consenso ocupan un lugar de central importancia para la toma de decisiones de la comunidad.

Las leyes consuetudinarias son las normas internas de convivencia que tienen los pueblos, y dichas normas, junto con sus formas de aplicación, constituyen sistemas jurídicos propios.

Asimismo, es necesario comprender el valor que tiene la palabra para los Pueblos Indígenas, el compromiso, los acuerdos, el respeto mutuo.

CONCLUSIÓN El PNPI es el instrumento de acción de la República del Paraguay para alcanzar los fines de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas (2007), en cumplimiento del compromiso asumido en el Documento Final de la Conferencia Mundial sobre Pueblos Indígenas de la Organización de las Naciones Unidas (2014). Constituye el marco rector acordado con los Pueblos Indígenas para el desarrollo y consolidación de políticas de Estado. El Plan apunta a mejorar las condiciones de vida de las comunidades ancestrales y el mejoramiento de la calidad de vida.

CHILE

Hacia la Protección de los Patrimonios Culturales de los Pueblos Indígenas/ Originarios¹ en Chile

Presidencia de Chile Gabriel Boric Font

Ministra de las Culturas, las Artes y el Patrimonio Carolina Arredondo Marzán

Subsecretaría de las Culturas y de las Artes Jimena Jara Quilodrán

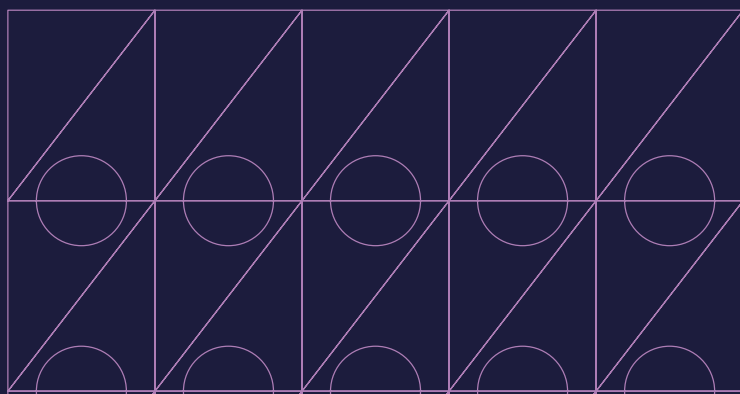
Jefa del Departamento de Ciudadanía Cultural. Subsecretaría de las Culturas y las Artes Marianela Riquelme Aguilar

Punto Focal de la Comisión de Diversidad Cultural del Mercosur Moyra Holzapfel Peña

Departamento de Ciudadanía Cultural.

Subsecretaría de las Culturas y las Artes

¹ Se utiliza a lo largo del todo el texto “pueblos indígenas/originarios”, debido a que en Chile los integrantes de las primeras naciones, les resulta ofensivo el término “indígena”, ya que posee una carga simbólica negativa y prefieren “originario”, de acuerdo con lo señalado en varios procesos participativos de Consulta Previa a nivel nacional.

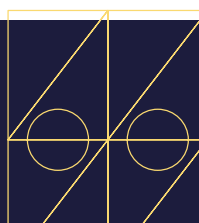


INTRODUCCIÓN En los últimos 20 años, se ha asentado en Chile la idea de legislar sobre un concepto fundamental para los pueblos indígenas/originarios, como son sus patrimonios culturales. Este es, sin duda, un concepto emergente, lleno de complejidades, pues toma en consideración el conjunto de los sistemas culturales propios de los pueblos originarios, tanto en su dimensión material como inmaterial. Esa forma de enfrentar este fenómeno se discutió abundantemente en el proceso de Consulta Previa a los pueblos indígenas y tribal afrodescendiente chileno, para la nueva legislación patrimonial, desarrollado por el Servicio Nacional del Patrimonio Cultural entre septiembre del 2023 al 23 de abril del 2024, fecha en la que se suscribió el acuerdo nacional de la consulta indígena, en tanto que la consulta afrodescendiente concluyó con un acuerdo nacional suscrito en Arica el 6 de abril del 2014.

El acuerdo final indígena consta de 20 puntos suscritos por las autoridades del Ministerio de las Culturas, las Artes y el Patrimonio y 158 representantes de todos pueblos originarios presentes en las 16 regiones del país, en tanto que la Consulta Previa tribal afrodescendiente participaron 30 representantes y se suscribieron 14 puntos. Lo substancial de estos acuerdos fueron incorporados a la propuesta legislativa que hoy está en trámite en la Comisión de Cultura del Senado, de nuestro Congreso Nacional. Entendiendo que este proceso no logre representar en su cabalidad lo que realmente significan sus patrimonios para los 11 pueblos Indígenas/originarios y afrodescendiente en Chile, pues como siempre ocurre, el marco jurídico está casi siempre retrasado respecto del objeto que pretende proteger, más aun tratándose de demandas socioculturales.

Desde la vuelta a la democracia en Chile en 1990, y más concretamente, desde la dictación de la Ley Indígena 19.253 en 1993, la realidad territorial indígena ha cambiado drásticamente, tanto en términos sociodemográficos como en el ámbito cultural. Desde principios de los 90 hasta ahora, en primer lugar, han sido reconocidos varios pueblos originarios con lo cual el abanico de la diversidad cultural se ha enriquecido, al mismo tiempo que una serie de demandas sociales transversales, en los ámbitos de la educación intercultural; derechos de género; derechos de la naturaleza; y reconocimiento de derechos colectivos e individuales de los pueblos indígenas/originarios, entre otras.

La situación actual con relación a los pueblos indígenas/originarios actúa como un espejo de nuestro marco legal en Chile. En lo concreto, el marco de derechos de pueblos indígenas/originarios en Chile está bastante distante del estándar de los derechos humanos de los pueblos a nivel internacional. De esta forma, si se compara este marco con nuestros países vecinos, da cuenta de que ni siquiera contamos con un reconocimiento de los pueblos indígenas/originarios, como sujetos de derechos en su dimensión individual y colectiva.



En este contexto, en Chile existe una deuda al menos, respecto del reconocimiento básico a nivel Constitucional de los pueblos indígenas/originarios, reconocimiento que la mayoría de los países de América Latina comenzaron a resolver desde la redemocratización de los Estados a fines de la década de los 80 y comienzos de los años 90. Tal situación evidentemente nos separa temporalmente en unos 30 años de avance respecto del reconocimiento de derechos de los pueblos a nivel legal. Dicho contexto, les permitió a estos países de manera paulatina y en escala avanzar en el reconocimiento de derechos políticos, económicos, sociales y culturales, pese a los avances y retrocesos relacionados.

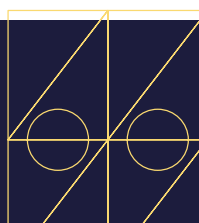
Sin embargo, Chile al no avanzar en esta dirección, mantiene un marco legal nacional, que es fiel reflejo de nuestra realidad sociocultural, ambivalente y atomizada. Ejemplo de este escenario es que hoy contamos con una Ley Indígena, la N°19.253 aprobada en el año 1993, la principal norma vigente en Chile en materia de reconocimiento de derechos de pueblos indígenas. Esta ley, sin embargo, se sitúa en un paradigma centrado en el denominado etnodesarrollo, propio de la década de los 80 del siglo 20. La Ley Indígena chilena evidentemente se encuentra bajo el estándar del corpus de derechos humanos internacionales de los pueblos indígenas y sin modificaciones sustanciales que permitan actualizarla, al menos, respecto del Convenio 169 de la OIT ratificado por Chile en 2008 y vigente desde septiembre del 2009.

En la actualidad, Chile cuenta con escasos instrumentos normativos dedicados exclusivamente al reconocimiento de derechos de los pueblos, por ejemplo, la Ley que reconoce espacios costeros marítimos de los pueblos originarios (2018) y otras normativas que regulan el derecho de consulta previa, esto es, los Decretos Supremos N°66 y 40 (2013), la Ley Pascua 16. 441 (1966), que básicamente otorga derechos ciudadanos al pueblo Rapa Nui. Por su parte, la Ley 21.070 tiene por objeto regular el ejercicio de los derechos a residir, permanecer y trasladarse hacia y desde el territorio especial de Rapa Nui. Desde el año 2018, la Ley 21.045 que crea el actual Ministerio de las Culturas, las Artes y el Patrimonio, se rige por los principios de “diversidad cultural”, “reconocimiento cultural de los pueblos indígenas”, entre otros, con funciones específicas de promover y colaborar en el reconocimiento y salvaguardia del patrimonio cultural indígena, entre otras.

Sin embargo, a pesar de estos avances no contamos con un marco legal que reconozca al patrimonio cultural de los pueblos indígenas y afrodescendiente, ni con una garantía constitucional de derechos humanos culturales. Solo contamos con una Ley de Monumentos Nacionales N°17.288, del año 1970, la que no ha tenido modificaciones sustantivas desde ese entonces.

Por tanto, el Estado de Chile tiene deuda histórica con los patrimonios culturales del país, y es urgente actualizar la ley para que cumpla los compromisos contraídos a través de las Convenciones y Tratados Internacionales promovidas por el Sistema de Naciones Unidas, a través de sus órganos especializados como la Unesco y a OIT.

En esta trama sociocultural, la actual administración de gobierno en Chile comprometió en su programa una Consulta Previa a los pueblos indígenas, para la nueva legislación patrimonial, de acuerdo con el estándar del Convenio 169 de la OIT. Este proceso coordinó a nivel nacional, duró 8 meses. Se dio comienzo en agosto de 2023 con una convocatoria pública nacional a organizaciones de los 11 pueblos indígenas reconocidos por ley en Chile. El proceso de Consulta Previa para la legislación patrimonial alcanzó un despliegue territorial en 246 comunas, de un total de 346 a nivel nacional, es decir un 71%, habiéndose realizado 943 diálogos, en los que 14.447 personas registraron asistencia, representando a 3.248 organizaciones, comunidades y asociaciones.



Se consultó sobre los siguientes pilares:

1. PILAR DE REPRESENTACIÓN Y PARTICIPACIÓN: consultó sobre la representación de los pueblos indígenas y Afrodescendiente en el o los órganos que la nueva legislación defina para la regular los patrimonios culturales indígenas y afrodescendiente.

2. PILAR DE PROTECCIÓN DE LOS PATRIMONIOS CULTURALES INDÍGENAS Y AFRODESCENDIENTE: abordó los aspectos concernientes a cómo la nueva legislación evitará la vulneración a los derechos humanos culturales de los pueblos. En este punto se buscaron acuerdos sobre el uso debido de conocimientos y expresiones culturales, normas de restitución de bienes culturales, normas de reentierros de restos bioantropológicos, entre otras materias.

3. PILAR DE RECONOCIMIENTO Y DEFINICIONES: Se abordó el reconocimiento de la existencia de los patrimonios de los pueblos indígenas y afrodescendiente en Chile. Se definió conjuntamente dicho contenido, sus elementos y características.

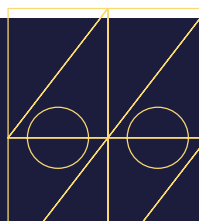
El resultado del proceso de Consulta Previa a los pueblos indígenas/originarios, se destacan los acuerdos **N°2: “Definición de patrimonio cultural indígena**, a saber: *El patrimonio cultural indígena es un patrimonio vivo que constituye un todo indivisible que integra lo material, inmaterial, cultural y natural. Este patrimonio es dinámico en el tiempo y mantiene un vínculo permanente con las herencias culturales ancestrales, espirituales y su entorno natural, y se transmite de generación en generación. Incluye la cosmovisión, los saberes, las lenguas maternas, el conocimiento tradicional colectivo, las prácticas ancestrales de salud, las expresiones y prácticas culturales tradicionales, las memorias, las ciencias, las artes, los espacios, los paisajes, los territorios, los maritorios, y los lugares históricos y de significación cultural de manera íntegra. El territorio es el elemento básico y articulador del patrimonio cultural indígena y es fundamental para su proyección futura. Cada pueblo podrá hacer uso de su lengua materna para fomentar, aplicar, nombrar y definir el patrimonio cultural indígena en los ámbitos de aplicación de esta ley. (Acuerdo legal). “Se incorporará como componente de políticas y programas sociales el reconocimiento y el fortalecimiento de las lenguas con un plan a nivel de territorio nacional que aborde la forma en que se desarrollará, considerando un programa social con énfasis en las niñas, niños, adolescencias y juventudes pertenecientes a los pueblos originarios.” (Acuerdo programático)*

Acuerdo N°4: Reconocimiento del Conocimiento Tradicional Colectivo: “Se entiende por “Conocimiento Tradicional Colectivo” el conjunto de saberes ancestrales, prácticas, ciencias, tecnologías, creencias, técnicas, artesanías y juegos ancestrales que son desarrolladas, oficios, toponimias, y símbolos, sostenidos y transmitidas de generación en generación, creados y desarrollados en razón del dinamismo de las prácticas dentro de un pueblo, pudiendo incluir aspectos lingüísticos, rituales, ceremoniales, medicinales, de crianza y el parto ancestral, agrícolas, pecuarias, técnicas y otros conocimientos ecológicos y espirituales que forman parte del patrimonio cultural inmaterial de los pueblos.”

Acuerdo N°7 Inventario nacional de Conocimiento Tradicional Colectivo;

Acuerdo N°5 Reconocimiento de las lenguas maternas como patrimonio cultural de los pueblos originarios en Chile, entre otros².

2 Para mayor conocimiento visitar el siguiente enlace: <https://www.pueblosoriginarios.gob.cl/consulta-previa-indigena-y-afrodescendiente>



Uno de los principales acuerdos es el reconocimiento del conocimiento tradicional, que, si se llega a aprobar en el Congreso Nacional, al igual que en ejemplos comparados, quedarían resguardados en una legislación de naturaleza patrimonial, situación que permitiría, en un primer paso, construir un sistema de protección de estos “conocimientos tradicionales”, primero reconocerlos; levantar estudios con enfoques de derechos para que ingresen a los inventarios con enfoque de derechos; algunos “conocimientos tradicionales” públicos otros confidenciales, entre otros temas.

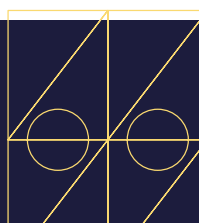
El proceso participativo, de ejercicio de derechos políticos, como lo es el derecho de Consulta Previa, presenta sin embargo varias interrogantes, una de las principales aquellas relacionadas con las demandas de pluralismo sociocultural. Más allá del escenario concreto que posibilitaría la aprobación de esta nueva legislación, en el caso que se apruebe esta con los acuerdos de Consulta Previa incorporados, este nuevo escenario legislativo, podría producir los siguientes efectos directos:

Creación de política pública en materia de patrimonios con enfoque de derechos, poniendo en ejercicio el derecho colectivo de participación de los pueblos; cambio de paradigma y reconocimiento a los pueblos indígenas como sujetos de derechos colectivos e individuales; avanzar hacia la protección y revitalización integral de los patrimonios culturales, dimensión material e inmaterial de los pueblos; mayor democracia en la nueva institucionalidad patrimonial; reconocimiento a la especificidad del Ministerio de las Culturas, Las Artes y el Patrimonio en materia de patrimonios culturales de los pueblos indígenas y afrodescendiente, entre otras.

CONCLUSIÓN Por tanto, uno de los principales desafíos a futuro para las políticas públicas en el tema, es transversalizar las demandas históricas y contemporáneas de los pueblos indígenas/originarios y el pueblo tribal afrodescendiente chileno a todos los diversos órganos de la administración pública con enfoque de derechos que permita el ejercicio del derecho colectivo de participación, como eje articulador de los demás derechos humanos de los pueblos, dentro de la administración pública del Estado de Chile.

Daniela Abarzúa Órdenes

Abogada de la División Jurídica del Servicio Nacional del Patrimonio Cultural del Ministerio de las Culturas, las Artes y el Patrimonio de Chile. Participó como Coordinadora Técnica Nacional del proceso de Consulta Previa a los pueblos indígenas y tribal afrodescendiente chileno, para la nueva legislación patrimonial con que cuenta Chile.



Jornada de Encuentro Nacional Afrodescendiente

En el valle de Azapa, en la región de Arica y Parinacota, se llevó a cabo los días 5 y 6 de abril el Encuentro Nacional del Pueblo Tribal Afrodescendiente chileno, con la participación de autoridades y representantes de diversas regiones del país. El evento, organizado por el Servicio Nacional del Patrimonio del Ministerio de las Culturas, las Artes y el Patrimonio, se enmarca en las actividades generadas por la Consulta Indígena y Afrodescendiente para la configuración de una nueva legislación patrimonial. En total, participaron 31 representantes de las regiones de Arica y Parinacota, Tarapacá, Antofagasta, Atacama, Coquimbo, Valparaíso, Metropolitana, Maule y Biobío.



Representantes de la delegación de Arica y Parinacota

El 6 de abril el Encuentro Nacional del Pueblo Tribal Afrodescendiente chileno, con la participación de autoridades y representantes de diversas regiones del país. Luego de tres días de intenso trabajo y diálogo se suscribe acuerdo nacional de 14 puntos. En la imagen, la Directora Nacional Nélida Pozo Kudo; Coordinadora Nacional del proceso de Consulta Previa; directora regional de Arica y Parinacota; Encargada regional del proceso de consulta previa y delegación de representantes del pueblo Tribal Afrodescendiente Chileno de la región de Arica y Parinacota.



Jornada de encuentro nacional con representantes de pueblos indígenas

Encuentro nacional de diálogo entre el Estado y los 158 representantes que asistieron al encuentro. Segunda jornada de encuentro nacional, 20 de abril del 2024, Santiago, representantes de los 11 pueblos indígenas, elegidos por sus territorios, de las 16 regiones del país, más el territorio especial Rapa Nui.



XVII Encuentro Zonal Norte de Cultores Indígenas y Afrodescendientes en Arica, 2024.

En mayo 2024 se realizó el XVII Encuentro Zonal Norte de Cultores Indígenas y Afrodescendientes. Una actividad que congrega a más de 80 portadores de patrimonio cultural inmaterial de las regiones nortinas de Arica y Parinacota, Tarapacá, Antofagasta, Atacama y Coquimbo, además de cultores de la patagónica región de Aysén como invitados especiales para esa ocasión.

